indústria

126 4º Trimestre de 2020
Gratuita

REVISTA DE EMPRESÁRIOS E NEGÓCIOS

Presidência Portuguesa da UE

Qual o caminho para a Europa Social?

Entrevista
Augusto Santos Silva, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
"A hora precisa de estadistas"

Projeto CIP
Emprego + Digital vai formar 25 mil profissionais

Atualidade
Pedro Mota Soares lidera novo Conselho Estratégico para os Assuntos Fiscais e Segurança Social

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

CENFIM

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA

Cofinanciado por: POCH · PO ISE · PORTUGAL 2020

Cursos Profissionais 2020/21

FORMAÇÃO para EMPRESAS e ADULTOS

- **FM - Formação Modular Certificada**
  Ações curta duração | Ciclos de formação
- **EFA - Cursos de Educação e Formação de Adultos**
- **RVCC - Profissional e Dupla Certificação**
- **FME - Formação à Medida para Empresas**

Agora também com recurso a Formação a Distância

FORMAÇÃO de JOVENS e ADULTOS

CET - Cursos de Especialização Tecnológica

Nível 5 - Protocolos com diversos Estabelecimentos do Ensino Superior com a atribuição de créditos (ECTS)

APZ - Cursos de APRENDIZAGEM

Nível 4 - Confere o 12º Ano + Qualificação Profissional

Erasmus+
Possibilidade de ESTÁGIOS NA EUROPA

Apoios Sociais

- Bolsa de Formação
- Subsídio de Alimentação e Transporte

CENTRO QUALIFICA

www.cenfim.pt www.facebook.com/cenfim.pt

NÚCLEOS em: ■ Amarante ■ Arcos de Valdevez ■ Caldas da Rainha ■ Ermesinde ■ Lisboa ■ Marinha Grande ■ Oliveira de Azeméis ■ Peniche ■ Porto ■ Santarém ■ Sines ■ Torres Vedras ■ Trofa

SEDE : Rua do Açúcar, 88 . 1950-010 LISBOA . **Telef.**: 21 861 01 50 . **Fax**: 21 868 49 79 . **Site**: www.cenfim.pt . **E-mail**: dir@cenfim.pt
ZONA NORTE: Rua Conde da Covilhã, Nº1400 . 4100-187 PORTO . Apartado 8006 . 4109-601 PORTO . **Telef.**: 22 618 21 64/77 . **Fax**: 22 618 95 96

INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL · AIMMAP · aneme

Olhar além da crise

António Saraiva
PRESIDENTE DA CIP

"Mais do que uma vez, as empresas deram provas da sua resiliência em situações adversas. A recuperação da economia, já em 2021, será tanto mais rápida e mais forte quanto a política económica for capaz de potenciar essa resiliência. As empresas, vão fazer o seu trabalho"

Este começo de 2021 traz-nos a esperança do início do fim da pandemia que transformou inexoravelmente as nossas vidas, no ano que passou, e nos atirou para a mais profunda crise de que temos memória, de forma completamente inesperada. Justifica-se que faça, neste espaço da nossa Revista Indústria, um breve balanço deste período, perspetivando o longo caminho que temos pela frente para recuperar dos efeitos profundos deste choque global e disruptivo na economia e na sociedade.

Em termos económicos, a prioridade imediata, face ao primeiro impacto da pandemia, foi garantir a sobrevivência do maior número possível de empresas, obviando aos drásticos constrangimentos de tesouraria e evitando que tivessem de recorrer a despedimentos ou encerrar.

As medidas tomadas para minimizar os efeitos da crise pandémica foram sendo ajustadas, à medida que o Governo foi ouvindo os agentes económicos e se foi apercebendo da dimensão dos problemas, mas subsistiu, no entanto, um grande desfasamento entre os apoios disponibilizados e as necessidades, bem como disfunções que prejudicaram a eficácia e rapidez com que as medidas chegaram ao terreno.

Além disso, o conjunto de medidas implementadas concorreu para o aumento do endividamento das empresas ou para encargos mais pesados num futuro próximo. Segundo os números do Governo, dois terços dos apoios consistiram em moratórias e suspensões, que concorrem para sobrecarregar o futuro.

O Orçamento Suplementar veio dar suporte financeiro às medidas que integram o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), adotado pelo Governo em junho, com um horizonte temporal até ao fim de 2020.

Apesar de diversas medidas constantes deste Programa se aproximarem das preocupações e propostas oportunamente expressas pela CIP, a resposta orçamental ficou aquém do necessário. Muitas das medidas então anunciadas não foram ainda concretizadas, ou foram-no de forma limitada ou deficiente (como por exemplo no que se refere aos seguros de crédito).

Após a queda sem precedentes, e mais profunda do que na média europeia, da atividade económica no segundo trimestre, a recuperação no terceiro trimestre reduziu a contração homóloga do PIB de -16,4% para -5,7%. Mesmo assim, a contração do PIB em Portugal permaneceu mais profunda do que na média europeia, de -4,3%.

Entretanto, a dinâmica de recuperação económica, que revelou num primeiro tempo alguma força, esmoreceu significativamente, mostrando, também, uma marcada heterogeneidade setorial. A retoma foi particularmente mais lenta nos serviços, ramo de atividade em que a contração foi, também, mais profunda. »

A contração do emprego nos três primeiros trimestres de 2020 (menos 108 mil postos de trabalho) permaneceu, mesmo assim, muito aquém da contração da produção, revelando uma forte resistência das empresas em prol da preservação dos postos de trabalho. No entanto, essa resistência poderá ceder face ao prolongamento no tempo de uma contração profunda das receitas.

Se a recuperação parcial e heterogénea acima descrita ficou aquém do que seria desejável, as perspetivas para os próximos meses tornaram-se mais sombrias, sob os efeitos da segunda vaga da pandemia, sobretudo nos setores que, na primeira vaga da pandemia, já tinham sido mais profundamente afetados.

Depois de ter apresentado um Orçamento particularmente dececionante, o Governo tomou finalmente consciência da necessidade de ser mais ambicioso nos apoios às empresas. O conjunto de medidas anunciado em novembro e reforçado e alargado em dezembro vem, embora tardiamente, no bom sentido, nomeadamente pela sua componente a fundo perdido, há muito reclamada. É preciso torná-las mais robustas, eficazes e abrangentes. É preciso operacionalizá-las com urgência.

O cenário mais negativo para o final deste ano e início do próximo pôs em causa as projeções económicas para 2021. A OCDE, incorporando já o impacto do recente ressurgimento da pandemia, reviu em baixa a intensidade da recuperação em 2021, de 6,3% para apenas 1,7%, significativamente abaixo dos 3,6% previstos para a área do euro.

O foco no imediato não nos dispensa de delinear estratégias de médio e longo prazo para reforçar e acelerar a recuperação.

É necessário desenvolver e aprofundar não apenas o Plano de Recuperação e Resiliência, mas toda uma estratégia económica que vise a preservação do tecido produtivo existente e a reorientação do nosso modelo de desenvolvimento, em coerência com as opções estratégicas europeias, mas enfrentando os problemas que travam, e nalguns casos bloqueiam, a produtividade e o crescimento da nossa economia.

Para tal, os recursos de que vamos dispor a partir do próximo ano – mais abundantes, mas sempre escassos – deverão ser alocados para robustecer as empresas, através de instrumentos dirigidos à sua capitalização, do estímulo a fusões e concentrações, de uma forte aposta na formação para qualificar e requalificar os nossos recursos humanos e da sua capacitação para responder às prioridades definidas ao nível europeu em termos de transição climática e transição digital.

Mais do que uma vez, as empresas deram provas da sua resiliência em situações adversas. A recuperação da economia, já em 2021, será tanto mais rápida e mais forte quanto a política económica for capaz de potenciar essa resiliência. As empresas, vão fazer o seu trabalho. ■

DO GREAT THINGS.

From Home

TRANSFORME ESTE MOMENTO PARA CONTINUAR A CRESCER E CRIAR VALOR PARA A SUA ORGANIZAÇÃO.

Participe em eventos on-line exclusivos, conecte-se com especialistas, aceda a formação gratuita e acompanhe as últimas tendências em Analytics, Machine Learning e Data Science.

sas.com/pt/do-great-things

@sas_portugal

company/sas

SAS Portugal - Business Analytics

sasportugal

sas®

THE POWER TO KNOW.®

www.sas.com/portugal

SAS and all other SAS Institute Inc. product or service names are registered trademarks or trademarks of SAS Institute Inc. in the USA and other countries. ® indicates USA registration. Other brand and product names are trademarks of their respective companies. © 2020 SAS Institute Inc. All rights reserved.

Editorial 3

Opinião 7
Manuel Reis Campos

Em destaque
Presidência Portuguesa da UE Empresas competitivas são a base de uma Europa social, verde e tecnológica 8

Qual o caminho para a Europa Social? 11

Atualidade
Projeto promovido pela CIP vai formar 25 mil em competências digitais 12

Pandemia acelera revolução digital nas empresas portuguesas 14

Contratação Coletiva – Suspensão de Prazos para a Caducidade 16

Conselho Estratégico para os Assuntos Fiscais e Segurança Social "A carga fiscal é um travão ao investimento e à inovação" 18

Entrevista
Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva 20

Associados
AIMMAP lidera missão empresarial na maior feira do mundo de tecnologia industrial 28

Opinião 30
Jorge Tomás Henriques

Economia
Projeto Sinais Vitais – Quase 50% das empresas preveem quebra da faturação até março 32

A desilusão do OE para 2021 35

Conjuntura Económica
Em Portugal e no mundo, a recuperação iniciada em junho está ameaçada pela segunda vaga da pandemia 36

Internacional
Confederações empresariais apelam à rápida ratificação do acordo UE-Mercosul 40

Política de concorrência no mercado interno – notas para o futuro 42

Deveres do conselho de administração (incluindo dever de diligência) na União Europeia O presente e o futuro 44

indústria

Diretor
António Saraiva

Conselho Editorial
Alexandra Brito
Carla Sequeira
Gregório Rocha Novo
Inês Vaz Pinto
Marta Silva
Miguel Boavida
Nuno Manalvo
Pedro Capucho
Ricardo Santos Ferreira

Secretariado
Filomena Mendes

Administração e Propriedade e Sede da Redação
CIP - Confederação Empresarial de Portugal
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel.: 213 164 700
Fax.: 213 579 986
E-mail: revista@cip.org.pt
NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372
Depósito Legal 0870-9602

Estatuto Editorial
https://cip.org.pt/revista-cip/

Edição e Publicidade
Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos
Av. das Forças Armadas 4 – 8 B
1600-082 Lisboa
Tel.: 217 957 045
www.bleed.pt
info@bleed.pt

Conteúdos, Edição, Design e Paginação
F5C – First Five Consulting
Av. da Liberdade, n.º 230 - 3.º
1250-148 Lisboa | Portugal
T +351 210 322 500
F +351 210 322 539
www.f5c.pt
geral@f5c.pt

Impressão
Grafisol
Núcleo Empresarial da Abrunheira
Zona Poente - Pav.11 - Abrunheira
2710-089 Sintra

Periodicidade
Trimestral

Tiragem
10.000 exemplares

Créditos da imagem de capa:
2021PortugalEU

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

PROJETO PROMOVA

2ª EDIÇÃO

An executive program for women to balance the power

NOVA Executive Education
NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

INSCRIÇÕES ABERTAS

ATÉ 31 DE JANEIRO

Patrocinado por:

randstad

ANA AEROPORTOS DE PORTUGAL | VINCI AIRPORTS | edp | SONAE

Presidência Portuguesa da UE

Empresas competitivas são a base de uma Europa social, verde e tecnológica

A CIP defende a aposta numa agenda ambiciosa para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Mas alerta para a necessidade de equilibrar as ambições com a nova realidade das empresas europeias, fragilizadas pelo forte impacto económico da pandemia.

Portugal assumiu no início de janeiro a Presidência do Conselho da União Europeia, num momento em que é vital operacionalizar a resposta à crise pandémica. Em entrevista à Revista Indústria, Augusto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros, assume que gostaria que a Presidência Portuguesa fosse recordada, precisamente, como a Presidência que pôs no terreno os instrumentos fundamentais de resposta à atual crise (ver pág. 20). Nas palavras do Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, a Presidência Portuguesa ocorre "num momento histórico", uma vez que lhe caberá "liderar a UE rumo a uma era pós-COVID".

No topo das prioridades da Presidência Portuguesa estarão as políticas sociais, a transição verde e digital e o multilateralismo, nomeadamente através do desenvolvimento das relações da UE com a Índia, África e com a nova administração norte-americana. "Uma Europa mais resiliente é uma das nossas prioridades mas temos de construir essa resiliência sobre três pilares: sustentabilidade, inovação e o bem estar dos cidadãos", explicava a secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, no final de novembro.

O Pacto Ecológico Europeu e o Pilar dos Direitos Sociais Europeus são entendidos, pela Presidência Portuguesa mas também pela Comissão Europeia, como as duas grandes bases da resposta à crise económica provocada pela COVID-19. Um compromisso que ficou patente no recente reforço da meta de redução das emissões de gases com efeito de estufa, em 55% até 2030.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal, não tem dúvidas em afirmar que os objetivos do Green Deal e o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050 nunca foram tão relevantes. E acredita que existem oportunidades importantes a serem exploradas a partir da economia verde. No entanto, alerta que será necessário ter em conta os efeitos da crise na capacidade de as empresas agirem, reinventarem-se e investirem. Equilibrar as ambições com a nova realidade – de uma economia fortemente fragilizada – será por isso essencial, defende a CIP, lembrando que as metas devem ser realistas para serem significativas. Subjacente ao Green Deal e aos seus novos objetivos deverá, portanto, residir uma estratégia industrial credível e um diálogo forte e real com a indústria europeia.

Isto será particularmente importante na fase preparatória das numerosas iniciativas legislativas previstas em 2021, como o Sistema de Comércio de Emissões da UE, a Diretiva de Energias Renováveis, a Diretiva de Imposto sobre a Energia, a Diretiva de Eficiência Energética, a Diretiva de Design Ecológico ou a Diretiva de Emissões Industriais.

"É mais importante do que nunca evitar a imposição de novos custos e obrigações que prejudiquem a recuperação das empresas", afirmou Pierre Gattaz, Presidente da BusinessEurope

Além da dupla transição – ecológica e digital – a Presidência Portuguesa colocou ainda o bem-estar social no topo das suas prioridades, com a adoção de uma Declaração sobre o Plano de Ação com vista à implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, agendada para maio, na Cimeira Social que terá lugar no Porto. Um pilar ao qual Portugal pretende dar agora um novo ímpeto e onde se incluem questões como o salário mínimo europeu, a proteção social, o rendimento mínimo ou a negociação coletiva.

Questões que, no entender da CIP e da BusinessEurope – a Confederação Empresarial Europeia que reúne 40 confederações dos Estados-membros – devem respeitar o espírito da Declaração assinada pelos 28 na Cimeira de Gotemburgo em 2017, a qual reconhece que a principal responsabilidade pela concretização dos seus princípios pertence aos Estados-membros (ver pág. 11). »

As 5 prioridades da Presidência Portuguesa

1 **Uma Europa resiliente:** Inclui a operacionalização do Quadro Financeiro Plurianual e do instrumento NextGenerationEU, incluindo o seu Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A Presidência Portuguesa prestará especial atenção à implementação dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência.

2 **Uma Europa Social:** A principal prioridade da Presidência será a agenda social. A Presidência Portuguesa organizará uma Cimeira Social, nos dias 7 e 8 de maio, no Porto, com o objetivo de dar um forte impulso político à implementação do Plano de Ação para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e espera avançar também com a questão do salário mínimo europeu.

3 **Uma Europa Digital:** A prioridade estará em iniciativas que ajudem a acelerar a transição digital como um impulsionador da recuperação económica. São exemplo os 'Dias Digitais' (com foco na democracia digital), bem como uma 'Assembleia Digital'. Os principais tópicos a serem discutidos sob a Presidência Portuguesa incluem a Lei de Serviços Digitais e um imposto digital.

4 **Uma Europa Verde:** A Presidência Portuguesa pretende avançar com um evento sobre "mineração verde", hidrogénio verde e legislação climática europeia. Os principais tópicos a serem debatidos incluem as propostas de revisão dos instrumentos para alcançar os objetivos climáticos, como a revisão do sistema de comércio europeu de licenças de emissão, e das Diretivas sobre renováveis e tributação energética, a legislação sobre pilhas ou, ainda, a proposta do mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras.

5 **Uma Europa Global:** Haverá uma Cimeira UE-Índia a 8 de maio de 2021 no Porto para desbloquear as negociações do acordo de investimento. A cimeira UE-África foi adiada para 2021 mas ainda não é certo que ocorra sob a Presidência Portuguesa. Finalmente, o Mercosul é uma alta prioridade política para a Presidência.

"Subjacente ao Green Deal e aos seus novos objetivos deverá, portanto, residir uma estratégia industrial credível e um diálogo forte e real com a indústria europeia"

CIP recebe Conselho de Presidentes da BusinessEurope

A CIP recebeu, no final de novembro, o Conselho de Presidentes da BusinessEurope. Os Presidentes e Diretores-gerais das 40 confederações nacionais membros reuniram virtualmente em Lisboa, por videoconferência, para discutirem as prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho da UE.

O Presidente da BusinessEurope, Pierre Gattaz, lembrou que não é possível construir uma União Europeia resiliente, social, digital, verde e global, sem empresas competitivas. "As nossas empresas estão a fazer tudo o que podem para sobreviver e salvar empregos durante esta crise sem precedentes. Precisam de apoio financeiro e não-financeiro. É mais importante do que nunca evitar a imposição de novos custos e obrigações que prejudiquem a sua recuperação".

Para o Presidente da CIP, António Saraiva, Portugal não deve fugir a uma agenda ambiciosa a nível europeu. "Mas essa ambição deve ser coadunada com a realidade. Somente com empresas robustas seremos capazes de alcançar uma recuperação sustentável e inclusiva". O responsável adiantou que "os Estados-membros devem estar preparados para tirar o máximo partido destas oportunidades. Os Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência devem concentrar-se em projetos que possam fortalecer as capacidades estruturais e reforçar a competitividade a médio e longo prazo. O envolvimento dos parceiros sociais nacionais será fundamental para garantir o seu sucesso". ■

Qual o caminho para a Europa Social?

Por Departamento dos Assuntos Jurídicos e Sócio Laborais da CIP

A Presidência Portuguesa da União Europeia pretende avançar com o Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A opção por uma Diretiva significa que os Estados-membros terão de a transpor para o nível nacional, passando, portanto, o Tribunal de Justiça da UE a ter jurisdição sobre acordos coletivos exclusivamente nacionais.

As empresas apoiam o Modelo Social Europeu e encontram-se disponíveis para encetar um diálogo que permita, de forma sustentada, melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos europeus. Na perspetiva da CIP, o desenvolvimento de tal Modelo depende da melhoria dos mercados de trabalho e dos sistemas sociais em todos os Estados-Membros, conferindo espaço às soluções promovidas pelo diálogo social a nível comunitário e nacional.

Neste caminho, assume particular relevância o Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. É crucial que o Plano de Ação não ignore que a dimensão económica é essencial para assegurar o futuro da União Europeia. Aliás, os problemas sociais da Europa não se devem a um défice de política social, mas sim, à falta de competitividade.

O acervo social da UE já se encontra bem desenvolvido, abrangendo mais de 70 Diretivas que protegem os trabalhadores e lhes proporcionam direitos em inúmeras áreas-chave, incluindo a igualdade de tratamento, condições de trabalho, saúde e segurança, informação e consulta e proteção social, etc..

Por outro lado, a CIP e a BusinessEurope manifestam fortes reservas em torno da proposta da Comissão Europeia sobre a Diretiva-quadro relativa aos salários mínimos e à negociação coletiva da UE, a qual se revela contrária à letra e espírito do Tratado da UE, uma vez que tais matérias são da competência dos Estados-Membros e dos Parceiros Sociais, em conformidade com o princípio da subsidiariedade.

A proposta desrespeita a diversidade dos sistemas de relações laborais vigentes, a autonomia dos Parceiros Sociais e contraria a divisão de competências entre a UE e os Estados-Membros. A proposta promove, ainda, a divisão entre os Estados-Membros, especialmente num momento de crise onde se impõe a união e coesão, pois é contrária à opinião maioritária dos Estados-Membros que são a favor de uma Recomendação.

A opção por uma Diretiva significa que os Estados-Membros terão de a transpor para o nível nacional, passando, portanto, o Tribunal de Justiça da UE a ter jurisdição sobre acordos coletivos exclusivamente nacionais, prejudicando uma característica fundamental dos sistemas de diálogo social: a negociação coletiva independente entre organizações representativas de empregadores e sindicatos.

> "Os problemas sociais da Europa não se devem a um défice de política social, mas sim, à falta de competitividade"

A CIP está preparada para um diálogo construtivo em torno de um modelo que promova o desenvolvimento social e económico de todos os Europeus! ■

EMPREGO MAIS DIGITAL

Projeto promovido pela CIP vai formar 25 mil em competências digitais

O desenvolvimento será feito pelas associações empresariais associadas da CIP. O projeto já está no terreno e destina-se à formação profissional de ativos na área digital.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal já deu início ao projeto EMPREGO + DIGITAL para a qualificação e requalificação de trabalhadores ativos para a aquisição de competências digitais, numa parceria com o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) e a Estrutura de Missão Portugal Digital (EMPD), dinamizada pela rede de associações empresariais da CIP.

Para o presidente da CIP, António Saraiva, a requalificação digital dos ativos das empresas portuguesas é determinante, porque contribui para o seu posicionamento num patamar de competitividade mais elevado e mais exigente. "Estamos a viver o desafio de uma rápida evolução tecnológica, com a emergência e proliferação de novos conceitos e ferramentas digitais. As empresas têm de ser capazes de se adaptar de uma forma tão célere quanto possível e integrar essas novas valências, para poderem estar presentes em mercados cada vez mais competitivos, sofisticados e exigentes", afirmou.

O EMPREGO + DIGITAL promove a articulação de respostas formativas que favorecem um ajustamento mais célere entre a oferta e procura de competências e qualificações do mercado de trabalho na área digital. Entre os principais objetivos do programa estão o incremento das competências digitais como fator inclusivo dos trabalhadores, a promoção da capacitação e inclusão digital das pessoas e a transformação das empresas. O projeto tem um âmbito nacional e desenrolar-se-á até ao final de 2021.

O EMPREGO + DIGITAL abrange 25 mil trabalhadores, que terão acesso a um quadro de cerca de 1.500 ações de formação, que já estão desenhadas e cobrem mais de sete dezenas de competências, focadas tanto na utilização das tecnologias da informação e comunicação e no comércio eletrónico, como na operação digital de equipamentos e na sua manutenção. Novas formações podem ser ainda preparadas para responder a necessidades específicas das empresas. Considerando as candidaturas apresentadas até à apresentação oficial do projeto, a 18 de dezembro, estavam já protocoladas mais de 2,2 milhões de horas de formação.

> "Considerando as candidaturas apresentadas até à apresentação oficial do projeto, a 18 de dezembro, estavam já protocoladas mais de 2,2 milhões de horas de formação"

"É essencial mobilizar recursos para a formação"

No evento de apresentação, realizado de forma remota, devido às condicionantes impostas pela pandemia de COVID-19, o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, defendeu que "o investimento na qualificação e reforço da capacitação digital da população empregada é indispensável para a transição digital".

"É essencial continuar a mobilizar recursos públicos para concretizar este objetivo que contribuirá, de forma decisiva, para o crescimento da competitividade e produtividade da economia nacional", disse.

Na mesma ocasião, em que participaram os dirigentes de 22 associações que já tinham aderido ao projeto, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, referiu que o investimento previsto ascende a 6,5 milhões de euros. Desta forma, favorece-se um ajustamento mais célere entre a oferta e procura de competências e qualificações do mercado de trabalho na área digital, e minimiza-se o impacto da automação no mercado de trabalho, referiu a governante.

Para o presidente da CIP, "a rápida adesão a esta iniciativa mostra que existe a necessidade e a apetência pelo reforço de competências, porque as empresas têm a noção de que têm de preparar o futuro, em todos os setores, em todos os ramos de atividade".

"A aquisição de novas competências é fundamental para o processo de transição para a economia digital, para os trabalhadores e para as empresas. Só através da adaptação e do investimento na qualificação e na requalificação podemos valorizar o capital humano de que o País dispõe e, assim, respondermos ao desafio da digitalização", acrescentou.

Necessidade de aceleração digital

Na primeira mensagem pública sobre o programa, o Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional, Miguel Cabrita, afirmou esperar "como resultado deste projeto um contributo significativo para o envolvimento das empresas portuguesas, em particular das micro e PME tradicionais, no reforço da presença digital e da incorporação tecnológica nos respetivos processos internos e nos modelos de negócio, bem como para a sua efetiva capacitação e transformação digital, fator crítico para a empregabilidade das pessoas e para o crescimento da produtividade e competitividade da economia".

> "Em Portugal, e até 2030, cerca de 1,8 milhões de trabalhadores terão de melhorar as suas competências ou mudar de emprego"

Para o Secretário de Estado para a Transição Digital, André Azevedo, esta é mais uma iniciativa que acelera a transição digital da economia e promove o aumento da competitividade das empresas. "A capacitação dos trabalhadores é um passo fundamental para que o tecido empresarial possa implementar novos modelos de negócios alicerçados no digital, sobretudo num momento em que o comércio online regista uma procura crescente", disse.

António Saraiva apontou, sobre este tema e para sublinhar a necessidade das empresas, o estudo sobre o futuro do trabalho, promovido pela CIP em 2019, que concluiu que metade do tempo despendido nas atuais atividades laborais pode ser automatizado com as tecnologias atualmente existentes, o que representa um elevado potencial de automação da economia portuguesa, quando comparada com outros países. Em 2030, o estudo, o mais profundo que foi feito em Portugal sobre o futuro do trabalho, aponta para a automatização de dois terços do atual tempo de trabalho, num cenário intermédio.

Concluía, também, que a adoção da automação e o inerente crescimento económico podem criar entre 600 mil e 1,1 milhões de novos postos de trabalho na próxima década, mas, também, que cerca de 1,8 milhões de trabalhadores terão de melhorar as suas competências ou mudar de emprego. "A pandemia de COVID-19 e a adaptação que as empresas já foram forçadas a fazer acelerou estas tendências, sem dúvida", afirmou o presidente da CIP. ■

Pandemia acelera revolução digital nas empresas portuguesas

O caminho é inevitável: a automação e digitalização dos processos produtivos são premissas essenciais ao aumento da competitividade das empresas portuguesas. Uma realidade agora acelerada pela pandemia, nomeadamente ao nível dos canais de venda. Conheça como algumas empresas portuguesas se estão a adaptar ao novo contexto.

O recente contexto pandémico veio acelerar a inevitabilidade da revolução tecnológica no seio do tecido empresarial nacional. Por conseguinte, aumentam também as necessidades de mão-de-obra especializada quer ao nível das tecnologias da informação e comunicação, quer ao nível da operação digital de equipamentos e da sua manutenção. Necessidades a que o Projeto + Digital, desenvolvido em parceria entre o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), a Estrutura de Missão Portugal Digital (EMPD) e a CIP – Confederação Empresarial de Portugal, pretende dar resposta.

Na Adalberto Estampados, empresa pioneira em Portugal na estamparia digital e líder europeia na arte de estampar, o caminho da digitalização remonta a 1998, quando a empresa adquiriu a primeira máquina de estamparia digital. Quase 20 anos volvidos, a empresa sediada em Santo Tirso fez uma nova aposta na inovação tecnológica e adquiriu a PIKE, a máquina de estamparia digital tida como a mais avançada do mundo, e que lhe permitiu multiplicar a capacidade instalada, conciliando prazos de entrega mais curtos e menos custos de stocks.

Mas foi a pandemia que obrigou a Adalberto Estampados a olhar com mais atenção para outra dimensão digital do negócio: "Devido à situação do COVID-19 tivemos que criar lojas online para realizar a venda dos nossos produtos, tanto para B2B [Business to Business] como B2C [Business to Consumer]", explica Susana Serrano, CEO da empresa. A aceleração do negócio à distância ditou múltiplas alterações a montante do processo: "Como tivemos muitos pedidos, além das lojas online tivemos de automatizar todo o processo logístico – alteração de armazém, sistemas de pagamento, criação de faturas e etiquetas de envio – todo automatizado para não haver atrasos de envios", explica a responsável.

Além disso, "como não podíamos visitar nem receber visitas dos nossos clientes, digitalizámos toda a coleção, criando plataformas online onde, de uma forma fácil, o cliente podia ver a nossa coleção", explica Susana Serrano, CEO da empresa. Todo o investimento foi feito com recursos internos, desde a programação até à elaboração dos sites, apesar de ter sido necessário recrutar alguns engenheiros para ajudar no processo.

Também a Vista Alegre se viu obrigada a adequar a sua forma de trabalhar ao contexto da pandemia, reconhecendo que "alguns processos foram acelerados" rumo a uma maior digitalização. "A pandemia veio acelerar e trazer à tona mais necessidades, mais rapidez e mais agilidade", nota Teodorico Pais, administrador da empresa especializada no fabrico e comercialização de produtos de cerâmica e cristal. Apesar da empresa ter entrado em lay-off devido à quebra no negócio, beneficiou de um efeito positivo pelo lado das vendas digitais que "acabaram por ter um boom" com a pandemia.

> "Há claramente a noção e a prática de que este é o caminho que vai ser fundamental para as empresas conseguirem responder às exigências do mercado", afirma o responsável da Vista Alegre

Nesse cenário, como explica Teodorico Pais, a Vista Alegre viu-se na necessidade de encaminhar trabalhadores de outras áreas para dar suporte ao crescimento das vendas do canal digital. Nomeadamente, aqueles que, como explica, "tinham mais valências e mais competências", eram "mais ágeis naquilo que são as operações mais digitais" no quadro da "interação com sistemas de controlo, a relação com a comunicação, o site, as vendas online e o controlo do processo".

"Há claramente a noção e a prática de que este é o caminho que vai ser fundamental para as empresas conseguirem responder às exigências do mercado", frisa Teodorico Pais, reconhecendo que apesar de ter sido "pelas infelizes razões, esta pandemia veio fazer com que as empresas se transformem a um ritmo superior àquele que vinham a fazer" rumo a uma maior digitalização e à Indústria 4.0.

Um caminho que a Panidor, empresa especializada em padaria e pastelaria, percorre há largos anos. "Ao longo dos últimos anos, nomeadamente desde 2005, a empresa tem vindo a investir fortemente em automação, com a instalação de várias linhas de produção total ou parcialmente automáticas", explica Hermano Gouveia, diretor geral da empresa sedeada em Leiria, lembrando que "este processo foi, por si só, disruptivo". "Um grande safio", que passou também por "conseguir produzir um produto tradicional, com métodos artesanais, mas de forma automática. Sempre com uma premissa: o consumidor não sentir a diferença". O responsável reconhece que "este facto levou a um investimento avultado em investigação e desenvolvimento de produtos e processos". Todo esse esforço de adaptação, que leva já 16 anos de desenvolvimento, ditou um investimento de mais de 30 milhões de euros em equipamentos e processos automáticos. ■

Contratação Coletiva

Suspensão de Prazos para a Caducidade

Sobre a Proposta de Lei (PL) 63/XIV, da autoria do Governo, a CIP considera que ganha suporte a perceção de que o real intento que subjaz a esta iniciativa legislativa é procurar uma encapotada e não disfarçável cobertura para a atuação ilegal, por parte do Governo, mediante o "veto de bolso" que há anos vem fazendo à publicação dos avisos de cessação de vigência de convenções coletivas de trabalho caducadas.

Por Departamento dos Assuntos Jurídicos e Sócio Laborais da CIP

A Proposta de Lei (PL) 63/XIV, da autoria do Governo, visa suspender, por um período de 24 meses contados a partir da entrada em vigor da lei que, eventualmente, se lhe siga, os prazos de sobrevigência das convenções coletivas de trabalho, compreendendo, nessa suspensão, os prazos de sobrevigência que se apliquem na sequência de denúncia de convenção coletiva realizada a partir da dita entrada em vigor, bem como os prazos de sobrevigência que estejam em curso, na sequência de denúncia de convenção coletiva de trabalho já realizada.

Do assim sinteticamente sumariado, emergem múltiplos aspetos, qual deles o mais criticável. Desde logo, a duração projetada para a suspensão: 24 meses. E isso sob a invocação da pandemia e a qualificação da medida como excecional e transitória. Sucede, porém, que, no âmbito da pandemia COVID-19, medidas, configuradas como excecionais e temporárias, criadas pelo Governo para apoiar empresas e emprego, seguem, como paradigma, a duração inicial de 3 meses – vg. o lay-off simplificado. Donde que seja, no mínimo, obscuro o real intuito que subjaz a tamanha duração – uma duração de 2 anos!

O caráter obscuro ganha, ainda, maior consistência quando se constata que, caso a PL fosse aprovada, em termos práticos, o iter para a caducidade poderia, mesmo, prolongar-se por mais de 4 anos, mormente se uma das partes recorrer à Arbitragem para a suspensão do período de sobrevigência e mediação, prevista no Código do Trabalho. Um aproximar, a passos largos, da sobrevigência eterna.

Como segundo aspeto, o âmbito objetivo pretendido para a suspensão. A PL prevê a sua aplicação aos prazos de caducidade em curso, relativamente a convenções coletivas de trabalho já denunciadas, sem deixar absolutamente inequívoca a inaplicabilidade, por juridicamente aberrante, aos processos cujos prazos de sobrevigência, pela legislação vigente, já se encontram esgotados. Mais: sendo a ratio apresentada para a medida a pandemia, e tendo esta sido declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, o que pode o Governo aduzir para justificar a aplicação da solução a denúncias feitas anteriormente a essa data?

> No primeiro dos citados Acórdãos refere-se, ainda: "Fazer depender a eficácia da caducidade da publicação do aviso, é conferir à administração um poder fiscalizador que a lei não lhe concede"

Como terceiro aspeto, o domínio e alcance desta intervenção legislativa. De modo patente, é do regime da contratação coletiva que se trata e o alcance da medida traduz um cercear do efeito negocial em que as partes envolvidas anuíram. Daí que a solução que a PL consubstancia, enferme de inconstitucionalidade, por claramente contendente com o princípio da autonomia coletiva que o artigo 56º da Constituição da República Portuguesa (doravante CRP) consagra, sendo, também, violadora da Convenção n.º 98 da OIT, cujo cerne consiste na liberdade que, em sede de negociação coletiva, deve imperar.

Como quarto aspeto, as razões invocadas para a iniciativa: prevenção de lacunas e dinamização e revitalização da contratação coletiva. A invocação da prevenção de lacunas em torno da abordagem à caducidade de convenções coletivas, não surge agora ex novo, antes repete o que, em 2009, foi determinante na criação da "arbitragem necessária". Mas, também sob a alegação de prevenir a ocorrência de lacunas decorrentes da caducidade das convenções coletivas, foi criada, em 2019, a Arbitragem para a suspensão do período de sobrevigência e mediação. Vale isto por dizer que, destinadas à prevenção de eventuais lacunas que pudessem decorrer de caducidade de convenções coletivas, encontra-se o nosso Ordenamento Jus Laboral muito bem apetrechado de mecanismos de resposta.

Quanto à dinâmica e revitalização, não é, seguramente, com instrumentos paralisantes que tal desiderato pode ser, razoavelmente, prosseguido. Bem pelo contrário. Assim ficaria potenciada, e muito, a retração das partes e a sua indisponibilidade para a negociação. Ou seja, fomentar-se-ia – e de que maneira! – o imobilismo e a estagnação de conteúdos, por mais que o Governo apregoe que "*a liberdade das partes para negociar e a promoção do dinamismo da contratação coletiva são fatores essenciais.*". E também quando setores há onde vigoram convenções coletivas completamente desfasadas da realidade, onde esta já não se revê minimamente, e onde outro papel não resta à contratação coletiva aplicável a não ser constituir um peso morto, obstrutor e gerador de permanente conflitualidade.

Como quinto aspeto, o quadro e momento temporal em que a iniciativa é desencadeada. Reportamo-nos à prolação, pelo Supremo Tribunal de Justiça, de dois Arestos impactantes a propósito da questão da caducidade das convenções coletivas e efeitos que, nesse quadro, assume a publicação dos avisos de cessação de vigência.

> "Sendo a ratio apresentada para a medida a pandemia, e tendo esta sido declarada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, o que pode o Governo aduzir para justificar a aplicação da solução a denúncias feitas anteriormente a essa data?"

Nesses dois Acórdãos – Acórdão proferido no Proc. n.º 14752/16.2T8PRT.P1.S1 e Acórdão proferido no Proc. n.º 404/17.0T8STB.E1.S1 –, ambos datados de 11 de dezembro de 2019, reconhece-se, sumariamente, que a caducidade de convenção coletiva não depende da publicação do aviso previsto no n.º 6 do artigo 502º do CT.

No primeiro dos citados Acórdãos refere-se, ainda: "*Fazer depender a eficácia da caducidade da publicação do aviso, é conferir à administração um poder fiscalizador que a lei não lhe concede.*". E, ainda: "*Aos serviços administrativos apenas cabe proceder à publicação do aviso indicando esta data não lhe conferindo a lei outro poder fiscalizador.*".

Finalmente e em conclusão: de tudo quanto anteriormente aqui se deixou dito, ganha suporte a perceção de que o real intento que subjaz a esta iniciativa legislativa é procurar uma encapotada e não disfarçável cobertura para a atuação ilegal, por parte do Governo, mediante o "veto de bolso" que há anos vem fazendo à publicação dos avisos de cessação de vigência de convenções coletivas de trabalho caducadas. ■

Conselho Estratégico para os Assuntos Fiscais e Segurança Social

"A carga fiscal é um travão ao investimento e à inovação"

Pedro Mota Soares fixa como objetivo do novo Conselho Estratégico da CIP, a que preside, ouvir e dar voz às empresas em assuntos relacionados com a fiscalidade e com a segurança social. A primeira intervenção é um grito de alerta pelo aumento da carga fiscal.

O Conselho Estratégico para os Assuntos Fiscais e Segurança Social da CIP – Confederação Empresarial de Portugal foi criado, no mandato da atual direção, com a missão de fazer "o acompanhamento próximo das políticas e das questões relacionadas com fiscalidade e segurança social, desenvolvendo propostas de atuação e soluções concretas para os problemas detetados". A ambição constava da proposta votada pelos associados da CIP em março de 2020 e foi rapidamente concretizada, a tempo de o novo conselho contribuir para a elaboração das propostas que a confederação apresentou para o Orçamento do Estado para 2021.

Pedro Mota Soares, advogado, ex-deputado e ex-Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, preside aos destinos do novo Conselho Estratégico e define como objetivos do mandato "ouvir e dar voz às empresas em matérias de tributos e de contribuições", assim como "ouvir os casos concretos das dificuldades que as empresas passam no seu dia-a-dia, especialmente agravadas num tempo de pandemia", para "ajudar a criar medidas que a CIP possa apresentar para ultrapassar essas dificuldades". "São as empresas que criam emprego e riqueza, são a 'espinha dorsal' da nossa economia e devem ser especialmente ouvidas. E é também por isso é que o papel da CIP é tão importante", defende.

Carga fiscal em crescendo

O primeiro tema alvo da atenção do conselho é o aumento da carga fiscal e os chamados "custos de contexto", interesses transversais aos diferentes setores representados pela CIP e que ocupam uma posição cimeira no rol de inquietações de empresários e gestores. Na última década, a carga fiscal em Portugal cresceu 4,4 pontos percentuais, para um recorde de 34,4% do PIB.

Mota Soares aponta "a existência de milhentas taxas e obrigações, muitas delas sem justificação, que impendem sobre as empresas" como uma preocupação premente. "Num recente estudo promovido pela CIP, concluiu-se que Portugal ocupava a 11ª posição entre os Estados-membros da UE27, representando os impostos 20% do volume de negócios das empresas. Em 2008, Portugal ocupava a 16ª posição, tendo paulatinamente subido no ranking, apresentando a quinta maior subida. Entre 2008 e 2017, apenas oito países registaram subidas neste indicador, tendo-se, na verdade, registado uma redução da carga fiscal nos restantes 19 países", refere.

"Aqui se percebe como esta carga fiscal sobre o volume de negócios das empresas é um travão ao investimento e à inovação na nossa economia. Portugal precisa de medidas que favoreçam o investimento e o reforço dos capitais das empresas, precisa de estímulos para atrair o investimento, precisa de qualificar e requalificar os recursos humanos para preparar a digitalização da economia, precisa, com urgência, de melhorar o ambiente de negócios", defende, sublinhando que "o sistema fiscal é essencial para atingir todos estes objetivos". O responsável adianta: "Temos de tomar medidas concretas para o poder fazer".

A desilusão do OE

Os conselhos consultivos da CIP são fundamentais para a preparação de posições fundamentadas, em temáticas estruturantes para as empresas.

Na análise que faz ao primeiro Orçamento do Estado acompanhado enquanto presidente do Conselho Estratégico para os Assuntos Fiscais e Segurança Social, Mota Soares faz suas as palavras do presidente da CIP, António Saraiva: "Uma desilusão".

"Numa altura em que se devia apoiar quem gera emprego e riqueza, não se viram medidas específicas, ao nível da fiscalidade, para diminuir o peso dos impostos sobre as empresas. As empresas foram esquecidas neste exercício orçamental", justifica, apontando que a CIP apresentou um conjunto de propostas para apoiar o emprego e estimular a economia, "mas nada, ou quase nada foi aceite. Por isso, é uma oportunidade perdida". ■

Augusto Santos Silva

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

"A hora precisa de estadistas"

Portugal acaba de assumir a Presidência do Conselho da União Europeia, num momento especialmente desafiante para a Europa e para o mundo. Em entrevista à Revista Indústria, o Ministro dos Negócios Estrangeiros diz que gostaria que a presidência portuguesa fosse recordada como a presidência que pôs no terreno os instrumentos fundamentais de resposta à atual crise. Já quanto à posição geopolítica de Portugal na contenda EUA-China, Augusto Santos Silva não tem dúvidas: "A China e Portugal não são aliados. Portugal e os EUA são aliados e aliados muito próximos".

Esta é a 4ª Presidência Portuguesa da União Europeia (UE). As anteriores ficaram marcadas por importantes reformas históricas, como a PAC ou o Tratado de Lisboa. Como gostaria que esta Presidência Portuguesa viesse a ser recordada?
Como a Presidência que pôs no terreno os instrumentos fundamentais de resposta à atual crise. Primeiro, a estratégia de vacinação massiva, universal e gratuita na UE. Segundo, os novos programas do quadro financeiro plurianual, entre os quais se contam programas muito importantes para as empresas e para as pessoas, como, por exemplo, o novo programa Erasmus +, o novo programa Horizonte Europa, e o novo programa de investimentos na União Europeia.
E terceiro, garantir a aprovação dos 27 planos nacionais de recuperação e resiliência que beneficiarão do novo programa Nova Geração e do Fundo de Recuperação.

De que forma a pandemia alterou ou condicionou as prioridades para a Presidência Portuguesa da UE?
Diria que a pandemia tornou mais evidente a necessidade de prosseguir as prioridades da Presidência Portuguesa. A Presidência Portuguesa foi sempre planeada em função de três grandes prioridades.
A primeira é assegurar a recuperação económica europeia de forma justa, digital e ecológica. A pandemia veio mostrar, por exemplo, quão importante era acelerar a estrutura digital, quer na economia, quer no comércio, quer nos serviços, mas também na educação ou na administração pública. A segunda grande prioridade da Presidência Portuguesa é a ênfase na dimensão social da Europa. O modelo social europeu não é um obstáculo ao crescimento nem ao emprego. Pelo contrário, é o motor de crescimento do emprego e de rendimentos na Europa.

"Tivemos que ativar, pela primeira vez, o artigo 7º do Tratado que permite tomar medidas contra Estados-membros porque esses Estados-membros não cumprem os valores europeus. Evidentemente que esse é um problema, ninguém o ignora"

O que distingue a Europa é esta conceção de que a democracia deve ser socialmente avançada e a economia de mercado deve ser uma economia social de mercado. Sempre que investimos nas qualificações das pessoas, sempre que garantimos a segurança social, sempre que investimos na proteção social e nos serviços públicos de bem-estar, fortalecemos a economia e a proteção social da Europa. Ora, a pandemia veio mostrar à evidência a necessidade da Europa investir mais nos seus sistemas de saúde e, em particular, nos seus serviços públicos de saúde. A terceira prioridade da nossa presidência é valorizar o papel da Europa no mundo. A pandemia veio mostrar que é muito importante o processo de reindustrialização da Europa: é preciso encurtar as cadeias de valor e assegurar que bens que para nós são essenciais, como por exemplo aqueles ligados às indústrias farmacêuticas e aos equipamentos médicos, devem estar sob controlo europeu. Por outro lado, a pandemia veio também demonstrar que precisamos de mais, e não de menos, multilateralismo. E a Europa é uma força liderante do mundo nas grandes agendas multilaterais como a agenda do clima, como a agenda do desenvolvimento sustentável ou como a agenda da resposta global a crises globais como, por exemplo, as crises pandémicas. Portanto, diria que a pandemia não nos obrigou a inverter as prioridades mas levou-nos a reforçar as prioridades da nossa Presidência.

Falava no domínio social, que será uma das prioridades da Presidência Portuguesa. Considera que esta dimensão social tem atualmente sustentação económica?
O pilar social é um dos pilares do crescimento económico europeu e é muito importante que todos tenhamos consciência disso. Em primeiro lugar, para que a dupla transição que é preciso fazer – a transição energética e climática, de um lado, e a transição digital do outro – tenha sucesso. Para isso é necessário que as pessoas compreendam que ela não coloca em causa os seus empregos, o seu bem-estar, as suas oportunidades.
Pelo contrário. O que é característico – e insisto – do modelo europeu, é compreendermos que, se valorizamos a concertação social, as relações industriais, o salário mínimo, a negociação coletiva, os direitos dos trabalhadores, o diálogo positivo entre trabalhadores e empregadores, estamos a melhorar as condições da nossa competitividade e a melhorar os fatores do nosso crescimento. »

E que papel fica reservado ao diálogo social nesta matéria?
É um papel decisivo, desde logo do ponto de vista político. Esta ênfase na dimensão social da Europa terá uma expressão muito concreta na nossa presidência, que será a Cimeira Social no Porto, em maio. A Cimeira Social do Porto é composta por dois grandes momentos. O segundo momento é a reunião dos líderes europeus – o Conselho Europeu informal – que dará o impulso político à implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. E o primeiro momento – que ocupa o primeiro dia da cimeira – é justamente uma conferência de alto nível, reunindo as instituições europeias, os parceiros sociais, governos, a academia, etc. Portanto, do ponto de vista político, a participação dos parceiros sociais é essencial para que este impulso para a implementação deste Pilar Europeu dos Direitos Sociais tenha lugar. É também importante do ponto de vista concreto, porque o Pilar Europeu dos Direitos Sociais não é apenas uma proclamação. Em fevereiro teremos o Plano de Ação para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, publicado pela Comissão Europeia. Estamos a falar de medidas tão importantes como uma nova garantia para a infância – garantindo que nenhuma criança fica excluída por razões económicas do acesso à educação e do acesso à saúde – ou o quadro regulamentar europeu para o salário mínimo. Evidentemente, estas duas medidas e outras que estamos a preparar, só podem ser levadas à prática, no bom método europeu, com diálogo social.

Sobre as recentes tensões políticas na Europa... as qualidades diplomáticas portuguesas são amplamente reconhecidas. Quais são os dossiers onde esta diplomacia será essencial?
O Conselho Europeu aprovou, ainda sob a presidência alemã, o quadro financeiro plurianual e o Fundo de Recuperação e chegou também a acordo sobre as novas metas de ação climática para a Europa no Horizonte 2030. Portanto, desse ponto de vista, o trabalho da diplomacia portuguesa está facilitado. Trata-se de concretizar e não de proporcionar ainda uma decisão. Há uma área que proporciona atualmente uma nova oportunidade e que a diplomacia portuguesa será, certamente, chamada a concretizar: a área das relações Transatlânticas. A nova administração norte-americana é uma administração pró-multilateralismo, pró-NATO e consciente de que europeus e norte-americanos são os aliados mais próximos, mais fiáveis e mais permanentes.

"Do ponto de vista político, a participação dos parceiros sociais é essencial para que este impulso para a implementação deste Pilar Europeu dos Direitos Sociais tenha lugar"

Recentemente, o primeiro ministro português reuniu-se com o Secretário Geral da NATO e também com o Presidente do Conselho Europeu, justamente para acertarem as melhores datas para que se realize, tão breve quanto possível, uma cimeira entre europeus e norte-americanos, para aproveitar este novo caminho que se abre. Também contamos poder contribuir, enquanto Presidência do Conselho Europeu da União Europeia, para o desbloquear de relações económicas entre a Europa e a Índia. Uma reunião de alto nível dos líderes europeus com o primeiro ministro indiano será, igualmente, um ponto alto da Presidência Portuguesa. Trata-se de a Europa olhar com mais atenção para este grande ator global que é a Índia, olhar com mais atenção para a região do Indo-Pacífico e de incrementar o relacionamento económico. Em novembro, foi concluído um acordo comercial e económico entre 15 países orientais, da Ásia e da Oceânia, que no seu conjunto valem 30% da população mundial e praticamente 30% do produto mundial. E notamos, com uma certa mágoa, que há dois atores que faltam nesta dinâmica: os EUA e a UE. Isso não pode acontecer. A UE tem de olhar com mais atenção para o Oriente: para a China, certamente, mas também para a Índia, para os seus aliados tradicionais que são o Japão, a Coreia, a Austrália e a Nova Zelândia, e também, por exemplo, para o Sudeste Asiático que vale quase 10% da população mundial.

Mesmo com o acordo alcançado entre os 27 em relação ao Fundo de Recuperação, dificilmente este dinheiro começará a chegar à economia real antes de meio de 2021. Considera este compasso de espera problemático?
Não considero demasiado problemático por duas razões: em primeiro lugar, porque temos ainda um caudal importante de financiamento à economia ao abrigo do atual quadro financeiro plurianual 2014-2020. Existe a regra

do chamado N+3, que permite que as despesas sejam realizadas até três anos depois de terminado o quadro. Em segundo lugar, porque tomámos medidas exatamente para garantir uma chegada rápida de financiamento e até de liquidez.

"A China e Portugal não são aliados. Portugal e os EUA são aliados e aliados muito próximos"

Entre essas medidas recordo: o programa SURE, que está já em prática e que significou um financiamento imediato às despesas dos Estados, designadamente com medidas de substituição de rendimentos, de formação e de lay-off; a duplicação do financiamento disponibilizado pelo Banco Europeu de Investimentos; e, sobretudo, o facto de, mesmo em relação a próximos programas, como o chamado REACT, as verbas poderem ser utilizadas para cobrir despesas realizadas a partir de fevereiro passado. Por isso, o que é muito importante agora é que a colocação no terreno dos novos instrumentos financeiros seja o mais rápida possível. E por isso é que comecei esta entrevista a dizer que essa é mesmo a prioridade imediata da Presidência Portuguesa.

Estamos a falar de quase um ano entre o acordo político alcançado no Conselho Europeu de julho de 2020, sobre os fundos, e a sua chegada às empresas. As burocracias europeias são um entrave à competitividade da economia europeia?
São certamente. Mas neste caso recuso que tenha havido burocracia. Pelo contrário. As decisões do Conselho Europeu de julho de 2020 foram absolutamente adequadas e tempestivas. Correram no tempo certo. Chamo a atenção para que o novo fundo de recuperação significa a mobilização por parte da Comissão Europeia, com garantias de todos os Estados-membros, e em nome de todos os Estados-membros, de 750 mil milhões de euros nos mercados financeiros e isso é uma novidade absoluta na história europeia. E depois, parte importante do pagamento desse empréstimo far-se-á através de novos recursos próprios da UE e esse é também outro passo histórico no percurso da nossa União.

O braço de ferro com a Polónia e a Hungria sobre a questão do Estado de Direito fez ressurgir a dicotomia entre defesa de valores e pragmatismo. Poderemos continuar, no futuro, a conciliar de forma pragmática diferentes visões sobre o que são os valores da Europa?
Não creio que tenha havido nenhuma cedência dos princípios ao pragmatismo. Os polacos e os húngaros apresentaram-nos duas grandes resistências sobre o mecanismo de condicionalidade. O primeiro argumento era de que estávamos a invadir um domínio de soberania nacional e o segundo era de que faltava segurança jurídica e que estávamos a tentar penalizá-los por razões políticas. A solução a que se chegou permite responder a esse argumento de suposta ausência de segurança jurídica. Porque o que dizemos – e agora dizemos todos, os 27 – é que esta norma produz efeitos daqui para a frente. Não produz efeitos sobre o atual quadro financeiro, produz efeitos sobre o próximo, 2021-2027. E depois dizemos que num Estado de Direito, como é a UE, quando há dúvidas sobre a legalidade das decisões recorre-se ao Tribunal. »

Portanto, o que os líderes acertaram é que a Comissão Europeia não aplicará este mecanismo de condicionalidade antes de ele ser examinado e validado pelo Tribunal Europeu de Justiça. Não há aqui nenhum pragmatismo. Há apenas um esclarecimento, uma segurança jurídica adicional, que se dá a dois Estados-membros.

Mas considera que continua a existir lugar à mesa dos 27 para aquilo que são múltiplos entendimentos e práticas dos valores europeus?
Dito assim, a minha resposta seria sim. Porque a Europa é um mosaico de diversidades nacionais e, às vezes, até infranacionais. E a riqueza da nossa união também se faz desta diversidade. Agora, essa diversidade faz-se num quadro comum. E o quadro comum está bem estabelecido no artigo 2º do Tratado de Lisboa. A nossa União é uma união de Estados que todos eles assumem a forma política de democracias, respeitam os direitos humanos e organizam-se segundo o modelo institucional conhecido como Estado de Direito – independência dos tribunais, liberdade de imprensa, direitos das minorias, etc.

Mas por alguma razão houve a necessidade de colocar condicionalismos ao desembolso destes fundos...
Temos neste momento um problema dentro da UE. Tivemos que ativar, pela primeira vez, o artigo 7º do Tratado que permite tomar medidas contra Estados-membros porque esses Estados-membros não cumprem os valores europeus que atrás referi. Evidentemente que esse é um problema, ninguém o ignora.

Mas haverá mecanismos para ser ultrapassado...
E se não forem ultrapassados haverá mecanismos para extrair as devidas consequências.

"Na minha perceção este não foi o Orçamento do Estado mais difícil. O orçamento mais difícil foi o primeiro"

Portugal, juntamente com mais oito países, solicitou recentemente que a UE ratificasse rapidamente o acordo com o Mercosul. Quais os bloqueios que estão a travar este acordo e como poderão ser ultrapassados?
O bloqueio principal reside em alguns países europeus que estão a exigir um maior compromisso dos países do Mercosul com as metas ambientais. Em particular com a ação climática e com o Acordo de Paris. Consideramos que esse pedido é acomodável.
Não se trata de reabrir a negociação, que aliás demorou quase 20 anos, não se trata de reabrir o texto do acordo a que se chegou em junho de 2019, mas podemos sempre, através dos instrumentos jurídicos convenientes – uma declaração, um anexo – esclarecer melhor este ou aquele ponto. Para a Presidência Portuguesa esse é um objetivo importante. Até por uma questão de credibilidade da UE, que deve cumprir a sua palavra.

Portugal tem uma agenda para o reforço das relações da UE com África, que tem sido, aliás, uma marca das Presidências Portuguesas. De que forma é que a Presidência Portuguesa poderá aprofundar as relações UE-África?
Destacaria três planos complementares. O primeiro é a assinatura e implementação do acordo de cooperação, chamado pos-Cotonou, com a África Subsariana, para além das Caraíbas e do Pacífico, cuja negociação foi concluída com êxito no passado mês de novembro.
E, portanto, será uma responsabilidade nossa acelerar, mais uma vez, a passagem ao terreno desse acordo. Em segundo lugar, desenvolvendo a estratégia conjunta de parceria entre a UE e a União Africana, que tem uma agenda muito rica, muito densa e muito diversificada, que vai desde as questões de segurança e defesa até às questões de investimento e comércio. Em terceiro lugar, e com particular atenção, há um apoio que a UE pode dar em relação a regiões africanas que vivem hoje problemas de instabilidade ou crise severos. Dou um exemplo: a África Oriental, desde a Somália a Moçambique, ou o Sahel; também regiões africanas com as quais, tradicionalmente, a UE tem uma vizinhança muito próxima e tem hoje questões muito complexas a tratar. Basta pensar, por exemplo, no Norte de África e nos fluxos migratórios.

A nova Presidência norte-americana ditará o regresso dos EUA à multilateralidade e às instituições internacionais. Qual a importância desta nova ordem para a UE?
É importante desenvolver uma relação positiva e próxima com os EUA. Deixe-me ir ao concreto: tínhamos em curso com a Administração Obama a negociação de um Tratado Comercial Transatlântico. A Administração Trump suspendeu as negociações e, pelo contrário, passou a conduzir uma "guerra" comercial contra a UE, a propósito da Airbus, a propósito do alumínio, a propósito do aço, etc. Os interesses dos dois blocos não são convergentes em todas as áreas mas a nossa obrigação é lidar com essas divergências da forma como os amigos e os aliados lidam: através da negociação, do compromisso, de cedências recíprocas, etc. Ponto dois: uma das coisas mais espantosas – "espantosas" em sentido literal – uma das coisas com que o Presidente Trump espantou os europeus, foi com a sua declaração de que a NATO era uma instituição obsoleta, que os europeus andavam à boleia dos americanos em matéria de defesa, que já não eram confiáveis, etc. O Presidente Biden diz exatamente o contrário: que o laço Transatlântico é absolutamente essencial, que a NATO é a melhor expressão desse laço. Ora, a complementaridade entre a UE e a NATO é absolutamente vital, até para evitar desperdício de recursos. Terceiro ponto e talvez o mais importante: a ação climática.
A UE é muito clara. O Conselho Europeu chegou a acordo sobre a nossa meta de atingir a neutralidade carbónica até 2050 e reduzir a emissão de gases com efeito de estufa em 55% até 2030. Mas a UE é menos de 500 milhões de pessoas. Não conseguimos evitar o sobreaquecimento do globo sem esses dois portentos económicos, que são os EUA e a China. A China já disse que até 2060 chegaria à neutralidade carbónica. Os EUA, infelizmente, sob a administração Trump, até se tinham retirado do Acordo de Paris. Quando o Presidente Biden diz "a primeira coisa que farei, no primeiro dia das minhas funções, será regressar ao Acordo de Paris", nós só podemos dizer "bravo". Porque é absolutamente essencial trabalhar em conjunto com estes blocos, e outros grandes países, para que as metas climáticas que, como bem diz Guterres, são uma condição de sobrevivência do Planeta como tal, sejam cumpridas.

Em relação a Portugal, que se viu na posição de "palco" das tensões entre estes dois blocos – EUA e China – o que é que espera que se altere? Será possível continuar a fazer a ponte entre Ocidente e Oriente, como foi tradicional até agora?
Recuso veementemente essa ideia falsa de que Portugal seja um palco de conflito entre os EUA e a China. Primeiro, porque Portugal não é palco de ninguém. Portugal é um país, é o Estado-nação mais antigo da Europa e é um país que tem um posicionamento geopolítico e uma política externa muito consolidada, atravessando aliás diferentes governos e gerações de políticos. As nossas opções fundamentais foram feitas na transição democrática e são elas que nos guiam: Europa, ligação Atlântica, comunidades portuguesas e mundo de língua portuguesa. Como qualquer outro Estado europeu, temos relações económicas e relações comerciais com a China e que queremos desenvolver.

"Se estamos sempre a pensar, não na geração seguinte, mas na semana seguinte ou na eleição seguinte, não somos estadistas. E a hora precisa de estadistas"

E queremos desenvolver de forma mais equilibrada. Porque neste momento importamos o dobro do que exportamos para a China. E, portanto, saudamos as aberturas, aliás sempre muito lentas, da China a produtos portugueses, designadamente aos produtos agroalimentares. E saudamos o facto de existirem empresas portuguesas que estão a investir na China e existirem empresas chinesas que estão a investir em Portugal. E fazemos isso no quadro do respeito, pela nossa própria lei e pela lei europeia. O facto de uma empresa chinesa deter 25% da nossa rede elétrica nacional não significa que a nossa rede elétrica nacional não tenha de cumprir todas as missões do incumbente. E até agora tem cumprido e não há nenhuma razão para esperar que não cumpra. Enquanto a empresa cumprir as suas obrigações de serviço público, não vejo porque é que o Estado se deva preocupar. Agora, a vida não é só economia.O Ministro dos Negócios Estrangeiros, para além das questões económicas, tem de considerar as questões de segurança, as questões institucionais, diplomáticas, culturais, etc. Ora, não há pessoa mais clara em Portugal do que eu próprio sobre isto: a China é um parceiro económico de Portugal, e queremos até que seja mais, como os EUA são um parceiro económico e queremos até que seja mais. Mas a China e Portugal não são aliados. Portugal e os EUA são aliados e aliados muito próximos. O nosso sistema de alianças, em sentido próprio, é o sistema europeu e norte atlântico. Toda a gente percebe isto e, por isso, aliás, é que toda a gente respeita a posição portuguesa.

Em relação à política interna, tivemos uma aprovação do Orçamento mais difícil do que as anteriores. Por outro lado, temos um ano com dois atos eleitorais. Preocupa-o um crescendo de instabilidade política? Olha para os próximos tempos como contendo esse risco?
Não. Em primeiro lugar porque na minha perceção este não foi o orçamento mais difícil. O orçamento mais difícil foi o primeiro. E em segundo lugar, nenhum dos atos eleitorais em 2021 é para eleger o Parlamento e para definir a composição do Governo.
O Parlamento em condições normais irá a votos em 2023. Portanto vamos cada um fazer o nosso trabalho. Porque se estamos sempre a pensar, não na geração seguinte, mas na semana seguinte ou na eleição seguinte, não somos estadistas. E a hora precisa de estadistas. ■

Porto de Setúbal
A evolução do 5G

A implementação da tecnologia 5G em Portugal é uma realidade próxima, em linha com a estratégia nacional de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030, e o compromisso assumido pelo país de atingir a neutralidade carbónica até 2050. Esta tecnologia vai impactar a atividade humana e económica em todas as áreas onde é necessário comunicar, quer na troca de informação quer na gestão e formas de deslocação, num novo mundo onde a interação permanente e praticamente instantânea será a regra, permitindo a otimização de recursos e o aumento da sustentabilidade. No Porto de Setúbal estão a ser dados passos significativos rumo a este objetivo com a conclusão e desenvolvimento dos muitos projetos que irão beneficiar em larga escala com a chegada do 5G.

Um dos projetos mais representativos deste desenvolvimento tecnológico é a Janela Única Logística (JUL), que entrou em produção no dia 26 de novembro e que irá contribuir para o aumento da eficiência e da competitividade das cadeias logísticas nacionais através da desmaterialização e redução do tempo de transporte, englobando todos os modos de transporte terrestre e intervenientes da cadeia logística de transporte de mercadorias situados no seu hinterland. Este projeto permitirá reforçar a posição do porto de Setúbal como plataforma multimodal das cadeias logísticas de que faz parte, potenciando a sua vocação exportadora e de elemento imprescindível no desenvolvimento económico do tecido empresarial da região.

No que respeita ao Projeto de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Setúbal, que permitirá a receção de navios mais modernos, mais ecológicos e mais eficientes, teremos o aumento do volume de carga movimentada de forma mais sustentável e segura, com vantagens a nível económico e igualmente a nível ambiental, reduzindo emissões e o impacto no ecossistema do rio Sado, permitindo compatibilizar o aumento do contributo da atividade comercial do Porto de Setúbal para a economia com o desenvolvimento das outras atividades exercidas neste estuário.

Com o Projeto de Melhoria dos Acessos Ferroviários à Zona Central do Porto de Setúbal, que inclui a eletrificação das vias até ao interior dos terminais, pretende-se maximizar a operacionalidade das infraestruturas para permitir o aumento da capacidade de receção de comboios com redução dos custos de operação, reforço da segurança da circulação ferroviária e ligações mais diretas e eficientes aos terminais. Apesar do Porto de Setúbal ser atualmente o 2º porto nacional na movimentação de carga por ferrovia, esta melhoria significativa irá permitir aumentar a quota modal do caminho de ferro, retirando mais camiões das estradas, reduzindo a pegada ecológica e contribuindo para uma melhor fluidez e rapidez na movimentação das mercadorias de e para o porto.

O Porto de Setúbal tem procurado estar na vanguarda do desenvolvimento tecnológico, pelo que encara o 5G, não como uma simples rutura com as tecnologias digitais de comunicação existentes, fibra ótica e 4G, mas essencialmente como um avanço tecnológico, que pela sua capacidade de troca de dados praticamente em tempo real, irá permitir incrementar o desempenho da operação portuária e das atividades conexas ao nível da sua desmaterialização e automatização, permitindo um melhor serviço aos seus clientes.

Firme em dar os passos necessários para continuar alinhado com o futuro, o Porto de Setúbal estabelece assim bases para poder acompanhar e integrar os benefícios da tecnologia 5G, estando atento ao seu desenvolvimento no que à atividade portuária diz respeito, para reforçar atuais e novas vantagens competitivas num contexto internacional. ■

Projeto 5Growth

A Efacec tem uma presença abrangente na cadeia de valor de Energia, Mobilidade e Ambiente, atuando como fornecedora de soluções e de sistemas integrados EPC e parceiro de serviços O&M. Com atividade no segmento metro-ferroviário, é responsável pelo desenvolvimento, engenharia, fornecimento, instalação, colocação ao serviço e manutenção de projetos integrados que incluem os Sistemas de Energia, Telecomunicações, Sinalização, e Comando e Controlo. Assumindo um forte compromisso com o desenvolvimento tecnológico, e assumindo a inovação como parte do seu ADN, a Efacec desenvolve e implementa soluções em diversos domínios tecnológicos e geográficos, com uma vasta experiência e um variado leque de competências, produtos e serviços que permitem o crescimento sustentável do volume de negócios da empresa.

O XSafe by Efacec é uma solução de sistemas de passagem de nível SIL 4, baseada em PLCs e desenvolvida de raiz pelo expertise e know-how da equipa da área de Transportes da Efacec. O projeto ALEX (Automatic Level Crossing), que entrou ao serviço no dia 11 de dezembro, surge no seguimento da conquista, por parte da Efacec, de um dos mais importantes concursos internacionais do segmento de passagens de nível da Europa, lançado em 2018, pela entidade gestora da infraestrutura ferroviária e rodoviária da Suécia: a Trafikverket. Este negócio marca a entrada da área de Transportes da Efacec no país escandinavo e constitui o maior contrato de exportação neste segmento para a empresa, válido por cinco anos e renovável até 30.

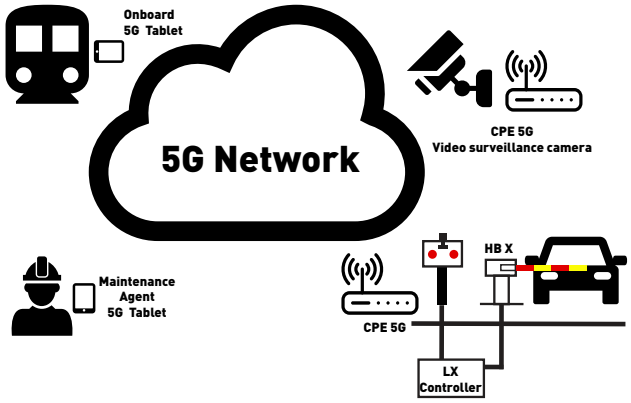
Continuando a acreditar na tecnologia ao serviço das pessoas, a Efacec participa no Projeto 5Growth, parte integrante da terceira fase da Iniciativa Parceria Público-Privada de Infraestrutura 5G do Horizonte 2020, que visa capacitar as indústrias verticais com soluções 5G automáticas e inteligentes. O 5Growth procura reforçar, através de testes no terreno, o desempenho do sistema 5G implementado em indústrias verticais e otimizar o desempenho, utilizando soluções de automatização e Inteligência Artificial. Nove casos de estudo em três setores-piloto, nomeadamente, Indústria 4.0, Transportes, e Energia, serão testadas em quatro localizações em Espanha, Itália e Portugal (Porto de Aveiro).

O projeto, lançado em junho de 2019, é dirigido por um consórcio de 21 parceiros de sete países europeus, e tem a duração de dois anos e meio, até ao final de 2021. O projeto recebeu financiamento da União Europeia no valor de 14,1 milhões de euros.

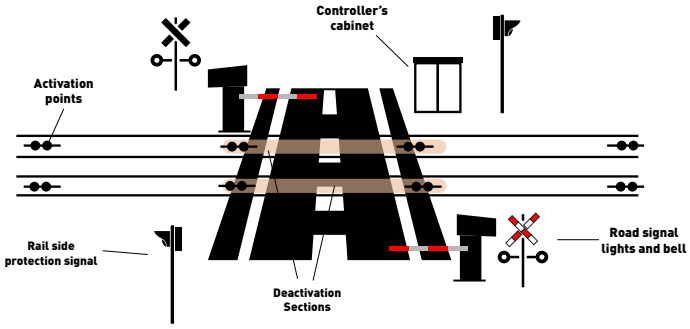
O demonstrador em Portugal do vertical Transportes terá como promotores a Efacec, a ALTICE, o IT de Aveiro, e o apoio da Administração do Porto de Aveiro que cederá as suas instalações para a implementação de um Piloto de Sistema de Controlo de Passagem de Nível 5G. Neste Piloto, será utilizada tecnologia 5G para transmitir imagens de vídeo da PN para o interior de comboio, melhorando desta forma as condições de segurança e será utilizada esta tecnologia para substituir as ligações, tipicamente de cobre, entre os detetores de aproximação de comboio e o controlador da PN . ■

Piloto de Sistema de Controlo de Passagem de Nível 5G

Arquitetura do sistema



Arquitetura do sistema de controlo da passagem de nível



AIMMAP LIDERA MISSÃO EMPRESARIAL NA MAIOR FEIRA DO MUNDO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL

A Associação dos Industriais Metalúrgicos Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP) está encarregue de liderar a participação empresarial portuguesa na Hannover Messe 2022, considerada a mais importante feira do mundo para a tecnologia industrial.

Portugal vai ser o país parceiro da maior feira do mundo para o setor da tecnologia industrial - a Hannover Messe - na edição que se realiza em 2022. A liderar a participação das empresas nacionais estará a Associação dos Industriais Metalúrgicos Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP) que se encontra já a promover junto das empresas portuguesas os benefícios de participarem neste evento, projetando-se a nível internacional.

Foi em outubro último que foi tornado público o convite pelo Governo alemão a Portugal para ser o país parceiro deste certame que irá decorrer entre 25 e 29 de abril de 2022 na cidade portuária de Hannover. Na ocasião, Pedro Siza Vieira, ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, destacou a relevância da presença do país nesta feira considerando-a "um palco privilegiado para Portugal demonstrar a excelência da engenharia portuguesa, dos nossos recursos humanos e técnicos, bem como para aprofundar a sua estratégia de fornecedor dos melhores produtos para os mercados internacionais".

A Hannover Messe realiza-se todos os anos na cidade de Hannover na Alemanha e engloba áreas como a investigação e desenvolvimento, automação industrial, sistemas digitais, subcontratação ou energia e mobilidade, constituindo-se como uma referência para as grandes tendências do setor. Nos últimos anos, os países parceiros na Hannover Messe foram sempre grandes economias e/ou importantes produtores de tecnologia, como é o caso dos EUA, o México ou a Suécia.

O investimento na participação de Portugal como país parceiro nesta feira não está totalmente concluído, mas deverá rondar os quatro milhões de euros.

A participação portuguesa será orientada pelo mote "Portugal Makes Sense" através do qual Portugal pretende demonstrar ser um destino que faz sentido para as empresas industriais que desejem expandir investimentos ou para procurarem os parceiros industriais ideais para os seus processos em *outsourcing*.

O vice-presidente da AIMMAP - associação escolhida pelo governo e pela AICEP para liderar a organização da participação empresarial portuguesa na Hannover Messe- considera que o lema escolhido para a participação portuguesa não poderia ser mais feliz. "Não há quaisquer dúvidas de que, cada vez mais, Portugal e a sua indústria fazem todo o sentido

e que a Hannover Messe 2022 será uma oportunidade singular para Portugal se afirmar enquanto fornecedor altamente qualificado e privilegiado do mais importante mercado europeu e de uma forma geral se posicione no interior das mais sofisticadas cadeias de valor", diz Rafael Campos Pereira, que antecipa que "a presença de sucesso da indústria portuguesa nessa edição da feira terá um impacto brutal na nossa economia".

A AIMMAP espera uma adesão massiva das empresas ao evento e tem a "forte expectativa" de que, pelo destaque que a indústria portuguesa terá na edição de 2022, a participação nacional possa trazer novas oportunidades de negócio e aumentar a notoriedade das empresas nacionais num mercado bastante competitivo como é o alemão.

Aníbal Campos, Presidente da AIMMAP apresenta participação portuguesa na Hannover Messe

Hannover Messe

A Hannover Messe realiza-se desde 1947 e recebe anualmente cerca de 200 mil visitantes, ao longo de cinco dias, num só espaço de 200 mil metros quadrados com expositores de bens, equipamentos e serviços de áreas da indústria transformadora, originários de todo o mundo. Nos últimos anos contou, como países parceiros, com grandes economias e/ou importantes produtores de tecnologia, como é o caso dos EUA, do México ou da Suécia.
A edição de 2020 foi cancelada devido à pandemia, estando programado que a edição de 2021 conte com a Indonésia como país parceiro. No ano seguinte, será a vez de Portugal.

> "Estamos certos de que a presença de sucesso da indústria portuguesa nessa edição da feira terá um impacto brutal na economia nacional"
> Rafael Campos Pereira, vice-presidente da AIMMAP

Tendo como base um portefólio de mais de 15 anos consecutivos de organização de participações coletivas em Hannover, a AIMMAP está já a trabalhar em conjunto com as suas parceiras no sentido de preparar da melhor forma a missão nacional para 2022. "Desde logo destacamos todo o trabalho preliminar que tem vindo a ser desenvolvido em conjunto pela AIMMAP, AICEP, CCLA e outros parceiros como a COTEC, PRODUTECH entre outros, no sentido de definir toda a estratégia em termos de conteúdos, agenda, angariação e preparação", adianta Rafael Campos Pereira.

Neste âmbito, está já em marcha um trabalho muito dirigido à comunidade empresarial, baseado na realização de um conjunto de webinars para a apresentação do mercado alemão, da Hannover Messe e para enquadramento da participação diferenciada que Portugal terá em 2022. "Esta fase é essencial para uma angariação eficiente de empresas e entidades com interesse e potencial para participar na edição de 2022", explicou a esse propósito o responsável da associação.

Cabe às entidades que possam estar interessadas em marcar presença na Hannover Messe contactar os serviços da AIMMAP. Assim que estejam identificadas as empresas com interesse e potencial de participação na feira, o passo seguinte será pôr em prática "todo um plano de preparação muito específico e focado nas empresas, que irá seguramente tornar mais impactante a qualidade das nossas empresas na Hannover Messe 2022", como explica Rafael Campos Pereira.

Está ainda prevista a realização de um conjunto de apresentações da Hannover Messe e de Portugal como país parceiro, a decorrer entre abril de 2021 e abril de 2022, que Rafael Campos Pereira diz beneficiará a participação nacional e "levará a indústria portuguesa aos quatro cantos do mundo". ■

Emergência no apoio e estabilidade nas decisões

Jorge Tomás Henriques,
Presidente do Conselho do Comércio, Serviços e Consumo de Portugal

"Se a resolução de uma crise passa pela firmeza de decisões e estabilidade, é precisamente isso que as empresas – e os seus trabalhadores – pedem nas respostas dadas pelo Governo"

Os efeitos negativos da pandemia são inegáveis. Embora sejam diversas as leituras dos dados macroeconómicos com as quais nos temos vindo a deparar – umas tendenciosamente mais positivas, outras nem por isso – é o próprio Ministro das Finanças a escrever no projeto de plano orçamental que "de acordo com as estimativas atuais, em 2020, o PIB português registará a maior queda desde o início do século XX."

À data da elaboração desse documento não se esperava, certamente, a velocidade da progressão da chamada "segunda vaga" e a necessidade de aplicação de novas restrições e medidas de confinamento. Hoje, os impactos nas empresas são dramáticos, aos quais se junta a diminuição da confiança dos consumidores, que voltou a cair em novembro depois de cinco meses estável, segundo o INE.

Não será necessário recorrer a muitos mais números para percebermos que grande parte do tecido empresarial – sobretudo dos setores que têm vindo a ser os mais impactados, como comércio, restauração e hotelaria – correrá o risco de não resistir. Este não é apenas um panorama pessimista, é um cenário realista.

Mecanismos como as moratórias de pagamento de impostos e contribuições sociais ou linhas de crédito foram as medidas apresentadas numa primeira instância e que tiveram a devida relevância. Foram um "primeiro socorro", no entanto, no atual cenário, não são solução.

Estamos perante a emergência de implementação de medidas de apoio direto à tesouraria das empresas, essenciais à recuperação (e em muitos casos à sobrevivência) dos setores do comércio, restauração e hotelaria, cuja vitalidade tem vindo a dever-se não só a grupos económicos robustos, mas também a uma vasta malha empresarial de micro, pequena e média dimensão e empresários em nome individual.

Estes setores querem ser ouvidos e fazer parte das soluções. Com esta missão, o Conselho do Comércio, Serviços e Consumo de Portugal da CIP apresentou, recentemente, um consistente e fundamentado conjunto de dez medidas. Exemplo são o pedido de alargamento do regime de IVA de Caixa; a adoção da taxa reduzida de IVA, nomeadamente no setor da restauração; a criação de um regime excecional, para o exercício de 2020 e 2021, de não aplicação das tributações autónomas para todo o tipo de empresas; o reforço e alargamento das linhas de financiamento a fundo perdido; a identificação, na legislação aplicável, de toda a cadeia alimentar (produção, indústria e distribuição) e de produtos de higiene como setores essenciais, de forma a que, em situações de emergência nacional, não seja posto em causa o seu normal funcionamento.

Além de tudo isto, se a resolução de uma crise passa pela firmeza de decisões e estabilidade, é precisamente isso que as empresas – e os seus trabalhadores – pedem nas respostas dadas pelo Governo. Esta garantia de estabilidade é a necessidade mais premente para que as empresas possam voltar a viver e para que a economia resista a esta tempestade. Foi forte o empenho e investimento dos setores para que pudessem receber, com toda a segurança, os portugueses. Agora, deixem-nos apenas trabalhar. ■

ESTA APP É DO MELHOR*

* Do melhor Banco Digital em Portugal

BEST DIGITAL BANK AWARD 2020
GLOBAL FINANCE

Categoria "Best Consumer Digital Bank" em Portugal em 2020.

Este Prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu.

INSTALE JÁ

Descarregar na App Store

DISPONÍVEL NO Google Play

Millennium bcp Empresas

AQUI CONSIGO

Banco Comercial Português, S.A.

PROJETO SINAIS VITAIS

Quase 50% das empresas preveem quebra da faturação até março

O projeto desenvolvido pela CIP, em parceria com o Marketing FutureCast Lab do ISCTE, e apoiado nas associações empresariais, permitiu contribuir para a existência de dados quantitativos fiáveis sobre a realidade das empresas.

A situação de exceção provocada pela pandemia de COVID-19 colocou ao movimento associativo e às empresas o desafio de recolher e trabalhar informação fidedigna sobre a evolução da atividade das empresas e sobre os impactos e as dificuldades com que estas se deparavam, no quadro das respostas à crise de saúde pública e, em consequência, económica, que marcou o último ano. Em resposta, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal desenvolveu o projeto Sinais Vitais, em conjunto com o Marketing FutureCast Lab do ISCTE e a rede CIP de associações empresariais, que durante um período de nove meses, primeiro com uma periodicidade semanal, depois mensal, tem contribuído para suportar uma atuação dinâmica a cada momento.

Desde o início do projeto, foram feitos 11 inquéritos, através dos quais foram coligidas mais de 9.500 respostas de empresários e gestores, o que permitiu perceber o impacto das medidas definidas para combater a proliferação do SARS-CoV-2 e identificar as necessidades das empresas.

No início, em abril, quando vigorava já o estado de emergência, 83,3% das empresas estavam parcialmente encerradas, com metade dos inquiridos a declararem terem suspendido a atividade. A situação evoluiu, à medida que o estado de exceção se prolongava, com as empresas a demonstrarem capacidade de adaptação, até dezembro, quando, renovando-se o estado de emergência, 87% das empresas declaravam estar em plena atividade e só 2% se encontravam encerradas.

> "Apesar do atual contexto, três em cada quatro inquiridos preveem manter o quadro de pessoal e 14% preveem, mesmo, aumentá-lo"

Durante todo este processo, a resposta das empresas permitiu conhecer a avaliação que faziam dos mecanismos de apoio à atividade criados, que foi sempre negativa, com quatro em cada cinco inquiridos a considerarem estarem aquém ou muito aquém do necessário. Foi, também, possível perceber o atraso com que os financiamentos bancários prometidos estavam a chegar aos seus destinatários – só 3% dos inquiridos tinham recebido o dinheiro devido, no início de maio –, o que permitiu à CIP intervir junto das autoridades e publicamente, para que os processos fossem alterados; assim, no final

de junho, eram já 62% os que declaravam ter tido acesso aos apoios e, em outubro, 87%. O mesmo aconteceu com o lay off simplicado, em que foi possível perceber o nível de adesão, a rapidez com que estavam os fundos a chegar às empresas e a avaliação negativa que faziam das alterações constantes, quando os processos estavam já em funcionamento.

Retrato da atividade económica

Nestes inquéritos, revelou-se, ainda, a capacidade de adaptação das empresas portuguesas, quando 20% delas diversificaram produtos e 18% mudaram as formas de venda, passando a utilizar os canais digitais. A evolução da atividade económica refletiu-se na quebra de vendas, uma realidade confirmada por 76% das empresas inquiridas, em junho, com um impacto, médio, de 49% da faturação. Em novembro, mesmo com muitas empresas já em atividade plena, mais de metade registou quebras e quase um terço a manutenção das vendas. Mais preocupante é a descida superior a 60% das encomendas em carteira, o que indicia a degradação da atividade para os meses seguintes. Aliás, questionados sobre as perspetivas de evolução da atividade no primeiro trimestre de 2021, quase metade dos empresários e gestores prevê quebras, em termos homólogos, e 17% uma manutenção da faturação. No entanto, apesar do atual contexto, três em cada quatro inquiridos preveem manter o quadro de pessoal e 14% preveem, mesmo, aumentá-lo.

Durante 2021, a CIP continuará a desenvolver projetos para auscultar as empresas. "A informação atempada e de qualidade sobre os temas que afetam as organizações empresariais é determinante para o movimento associativo, especialmente neste período particular de exceção, em que se multiplicam as dificuldades e aumenta a necessidade de ser ouvida a voz das empresas", explica o presidente da CIP, António Saraiva. ■

"Durante 2021, a CIP continuará a desenvolver projetos para auscultar as empresas, recolhendo informação atempada e de qualidade sobre os temas que afetam as organizações empresariais"

O Porto de Setúbal tem uma localização privilegiada a 45km de Lisboa, com boas ligações rodo-ferroviárias ao seu hinterland que se estende até Madrid. Integra uma das mais importantes zonas industriais e logísticas do país e oferece ligações directas à Rede Ferroviária Nacional e à Rede Rodoviária Principal, inserindo-se na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) o que o torna um dos portos mais competitivos da Costa Atlântica da Europa.

APSS Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

ECOPORTS ISO 9001 ISO 14001 OHSAS 18001

www.portodesetubal.pt

Os impérios do futuro são os impérios da mente

Gonçalo Paiva e Sousa
Advogado e Agente Oficial da Propriedade Industrial na Gastão Cunha Ferreira

Winston Churchill, com a sua notável capacidade de síntese, disse que os impérios do futuro são os impérios da mente. Não poderia ser mais verdadeira e atual esta afirmação. Hoje, e contrariamente ao que sucedeu noutras eras, o poder reside na inovação, no desenvolvimento de novos produtos, o que permite a criação de «monopólios criativos».

Os «monopólios criativos» têm sido, reconhecidamente, a base de inúmeros casos de sucesso que todos conhecemos: da fórmula da Coca-Cola aos algoritmos do Facebook e do Google, às patentes farmacêuticas, aos desenhos de Philippe Starck, à marca McDonald's e aos direitos autorais de um livro de António Damásio.

Os exemplos que referimos não se esgotam nos casos mais mediáticos nem nos colossos empresariais que todos conhecemos. Existem exemplos de pequenas e médias empresas nacionais com atividades nos mais diversos setores (desde o software até aos vinhos, ao calçado, ao vestuário e à restauração) que criaram monopólios que lhes garantem a diferenciação face aos competidores. Diferenciação essa que lhes permitiu obter notoriedade e reconhecimento por parte do público consumidor, sendo que estes constituem, muito provavelmente, o seu maior ativo. No entanto, estes ativos de propriedade intelectual, tal como sucede com quaisquer outros ativos duma empresa não poderão ver a sua proteção jurídica descurada, sob pena de nada valerem ou de virem a ser usurpados por concorrentes menos escrupulosos. É fundamental, aquando da criação de «monopólios criativos», atender à sua proteção legal sob uma das muitas modalidades previstas na Lei (patentes, desenhos ou modelos industriais, marcas, direitos de autor ou modelos de negócio), sem esquecer a subsequente aplicação da Lei quando esses monopólios criativos são objeto de uma qualquer infração.

Pese embora a importância destes ativos, a taxa de PME nacionais que protegem propriedade industrial é reduzida (abaixo dos 10 %, segundo os últimos estudos), a cujas causas não serão alheios quer o desconhecimento na matéria quer os custos associados à referida proteção.

Não estando alheada desta realidade, a Comissão Europeia, conjuntamente com o Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia, lançou no passado mês de novembro um plano de ação em matéria de propriedade intelectual, visando reforçar a resiliência económica e a retoma económica da UE. De entre os vários pilares do referido plano, importa referir aquele que visa intensificar a adoção da propriedade intelectual pelas PME e que conduziu à criação de um Fundo de Apoio Financeiro à Propriedade Industrial: um fundo que se destina ao reembolso de até 50 % das taxas oficiais devidas aos organismos onde são tramitados os pedidos de marcas e desenhos nacionais e da União Europeia, até ao limite máximo de € 1 500,00 por requerente.

É uma oportunidade para aqueles que apostam na inovação garantirem a necessária proteção legal, fomentando a tão desejada e essencial retoma económica.

Continuam, pois, atuais e verdadeiras as palavras de Churchill: «I never 'worry' about action, but only about inaction». ■

A desilusão do OE para 2021

CIP considera que o principal documento em que o Governo explana a sua política é muito limitado no apoio à atividade económica e aposta em pagar o desemprego, em vez de apoiar o emprego.

O Orçamento do Estado para 2021, cujos pressupostos estão já desatualizados devido ao impacto económico da segunda vaga da pandemia, foi classificado pela CIP – Confederação Empresarial de Portugal como uma desilusão, porque extremamente limitado no apoio à economia, centrado em pagar o desemprego em vez de apoiar o emprego.

Para a CIP, o OE2021 reflete uma estratégia que se limita a reagir aos sintomas da crise – através de um reforço das prestações sociais –, ignorando a necessidade de contribuir para a sobrevivência das empresas e para a sua capacidade de preservar emprego e impulsionar o relançamento da economia.

As propostas que a mais representativa confederação empresarial portuguesa teve oportunidade de apresentar ao Governo não mereceram acolhimento, nem mesmo a possibilidade de dedução dos prejuízos fiscais gerados em 2020 e 2021 aos lucros apurados nos exercícios financeiros anteriores, apesar de constar da "Visão para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030".

Para o presidente da CIP, António Saraiva, "o Governo manteve a sua resistência em acionar a política fiscal no impulso à economia".

"Dada a escassez e insuficiência das medidas dirigidas à salvaguarda do emprego, o Governo enveredou pela via da punição de empresas que se viram obrigadas a recorrer a despedimentos, retirando-lhes o acesso a benefícios fiscais a que, legitimamente, teriam direito, defraudando as suas expectativas e introduzindo mais imprevisibilidade no sistema fiscal. Trata-se de um caminho que, no entender da CIP, não irá impedir a escalada no desemprego, contribuindo para fragilizar ainda mais as empresas", refere.

Relativamente ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que, na sua "versão preliminar", foi apresentado à Comissão Europeia no dia 15 de outubro, a CIP considera que deve ser analisado em conjunto e integrado com outros instrumentos de política económica e fontes de financiamento, nomeadamente os fundos estruturais do novo ciclo da política de coesão.

"É necessário que os recursos a que Portugal terá acesso a partir do próximo ano – mais abundantes, mas sempre escassos – sejam alocados para robustecer as empresas, através de instrumentos dirigidos à sua capitalização, do estímulo a fusões e concentrações, de uma forte aposta na formação para qualificar e requalificar os nossos recursos humanos e da sua capacitação para responder às prioridades definidas ao nível europeu em termos de transição climática e transição digital", refere a confederação.

Embora entendendo a inclusão, neste plano, de medidas destinadas a prioridades de natureza social, como a Saúde, e de investimentos na modernização da Administração Pública, que se deverão refletir num melhor ambiente de negócios para as empresas, a CIP considera que seria desejável uma alocação de verbas que refletisse claramente a prioridade concedida às empresas. ■

Conjuntura Económica

Em Portugal e no mundo, a recuperação iniciada em junho está ameaçada pela segunda vaga da pandemia

ENVOLVENTE INTERNACIONAL

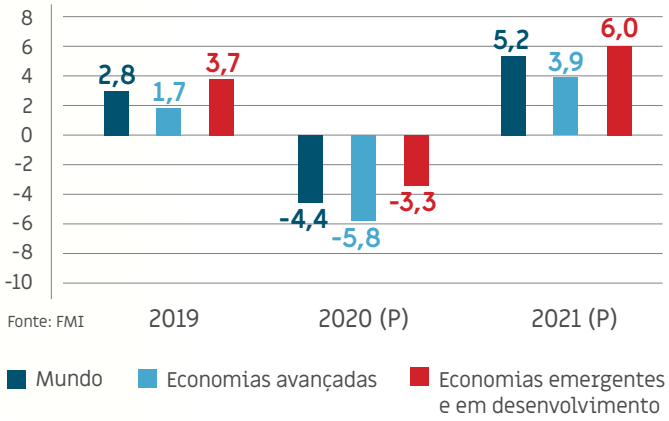
Após os resultados mais favoráveis do que o antecipado no terceiro trimestre, o impacto da reintrodução de medidas de contenção torna as perspetivas mais sombrias.

No World Economic Outlook, divulgado em outubro, o FMI projeta uma contração de 4,4% da economia global em 2020, tendo revisto em alta as suas previsões de junho. Esta revisão reflete os resultados mais recentes, menos negativos do que o antecipado, sobretudo nas economias avançadas, onde a atividade começou a melhorar mais cedo do que o esperado.

No entanto, refletindo o impacto do restabelecimento de medidas restritivas em muitos países, o crescimento global em 2021 foi revisto ligeiramente em baixa, para 5,2%.

PIB no mundo, economias avançadas e em desenvolvimento (variação real em %)

2019 a 2021 (P=Previsão)



Fonte: FMI

De acordo com as estimativas do Eurostat para o terceiro trimestre de 2020, o PIB aumentou 12,5% na área do euro e 11,5% na União Europeia (UE) em comparação com o trimestre anterior. Em termos homólogos, a contração da atividade económica atenuou-se para 4,3% na área do euro e para 4,2% na UE (após -14,7% e -13,9%, respetivamente, no segundo trimestre).

França, Espanha e Itália, que se contaram entre os Estados-membros com as maiores quedas do PIB no segundo trimestre, registaram agora os aumentos em cadeia mais acentuados (respetivamente 18,7%, 16,7% e 15,9%).

Nas suas mais recentes previsões, divulgadas no início de novembro, a Comissão Europeia aponta para que, após a forte recuperação no terceiro trimestre, suportada por políticas de apoio sem precedentes, o crescimento do PIB da UE venha a estagnar no quarto trimestre de 2020, sob o impacto da reintrodução de medidas de contenção em muitos Estados-membros.

Tendo já em consideração este retrocesso temporário, a Comissão prevê para 2020 uma contração do PIB da UE de 7,4%, seguida de um crescimento de 4,1% em 2021 e de 3,0% em 2022.

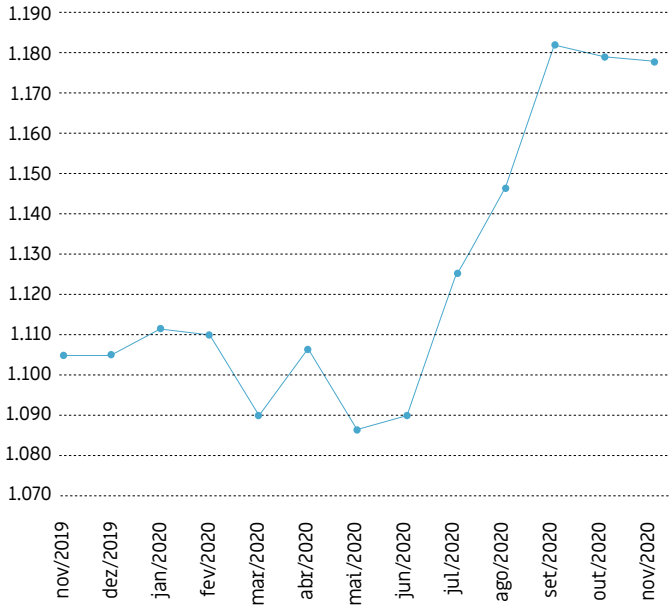
COTAÇÕES INTERNACIONAIS

Apreciação do euro preocupa exportadores

A partir do início de setembro, a tendência de apreciação do euro face ao dólar dos Estados Unidos foi interrompida, com a taxa de câmbio a oscilar entre 1,16 e 1,19 dólares por euro. Na última semana de novembro, o euro voltou a ultrapassar este valor, atingindo, já no início de dezembro, valores em torno de 1,21 dólares. »

Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal)

Novembro 2019 a novembro 2020



Fonte: Banco de Portugal

Portugal

Os dados mais recentes revelam já um retrocesso na recuperação e as projeções de crescimento económico em 2021 começam a ser revistas em baixa.

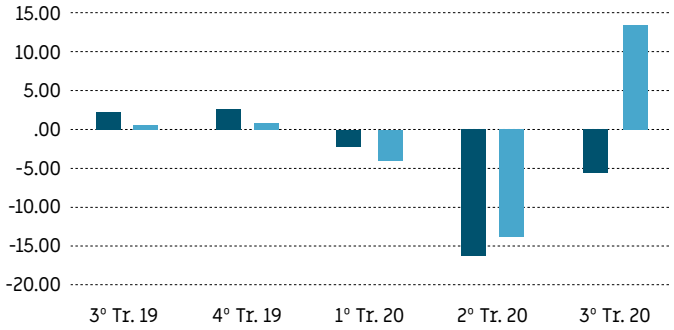
Atividade económica

Após a queda sem precedente da atividade económica no segundo trimestre, a recuperação do PIB no terceiro trimestre foi de 13,3%, em cadeia, o que reduziu a contração homóloga de -16,4% para -5,7% (ver gráfico abaixo). Mesmo assim, esta contração do PIB em Portugal continua mais profunda do que na média europeia (-4,2%).

PIB - variação homóloga e em cadeia

(em volume, %)

3T 2019 - 3T 2020



Fonte: INE

Variação homóloga Variação em cadeia

Esta evolução deveu-se em grande medida ao comportamento da procura interna que registou um contributo significativamente menos negativo que no trimestre precedente (passando de -11,8 pontos percentuais (p.p.) no segundo trimestre para -4,0 p.p.). O contributo da procura externa líquida foi também menos negativo que o registado no trimestre anterior (passando de -4,6 p.p. para -1,6 p.p.), verificando-se uma recuperação mais significativa das exportações que a observada nas importações, devido sobretudo à evolução da componente de mercadorias.

O consumo privado registou uma variação homóloga de -4,3%, com as despesas em bens duradouros a regressar a terreno positivo.

O investimento diminuiu 8,2% devido ao contributo negativo da variação de existências (por se ter verificado um escoamento de stocks acumulados), mas a FBCF apresentou uma variação ligeiramente positiva (0,5%).

Evolução do PIB na ótica da procura

(taxas de variação homóloga)

	3º Tr. 2019	4º Tr. 2019	1º Tr. 2020	2º Tr. 2020	3º Tr. 2020
PIB	**2,0**	**2,3**	**-2,4**	**-16,4**	**-5,7**
Consumo Privado	2,7	2,4	-1,0	-14,4	-4,3
Consumo público	0,9	1,7	0,1	-4,1	1,7
FBCF	4,3	2,6	-0,4	-8,5	0,5
Exportações	2,4	5,9	-4,9	-39,4	-15,2
Importações	5,6	3,2	-1,9	-29,2	-11,4

Fonte: INE

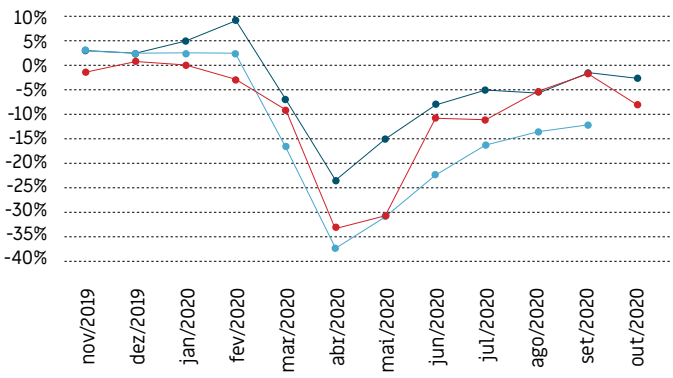
Na ótica da produção, só a agricultura não atenuou a queda do VAB, agravando-a para 6,8%. A recuperação foi mais lenta no comércio, alojamento e restauração, que, com uma contração de 9,8%, continua a ser o ramo de atividade mais penalizado. O VAB da indústria reduziu significativamente a sua queda, de 23% no segundo trimestre para 2,4%, enquanto a construção continua a resistir, com um aumento do VAB de 5,1%.

Os indicadores mensais mostram que a recuperação nos índices de volume de negócios, até setembro, foi significativa no comércio a retalho e na indústria, embora insuficiente para atingir os níveis pré-crise, e mais lenta nos serviços. Em outubro, os dados disponíveis (apenas para comércio a retalho e indústria) revelam já um retrocesso na recuperação destes setores (ver gráfico abaixo).

Índices volume de negócios

(variações homólogas em %)

Novembro 2019 a outubro 2020



Fonte: INE

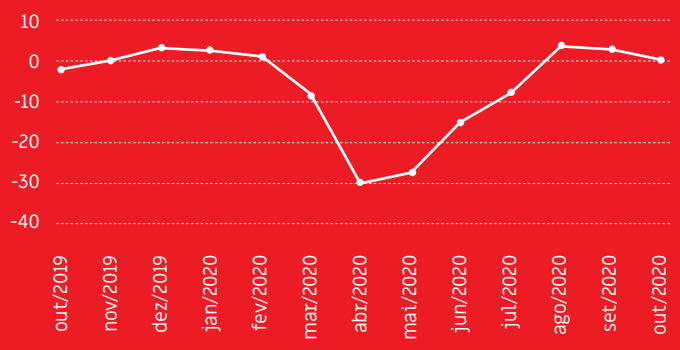
Comércio a retalho Serviços Indústria

Quanto à produção industrial, é nítida a recuperação após a queda abrupta registada em abril/maio, mas a tendência inverteu-se em setembro, com o índice a estagnar em outubro (ver gráfico abaixo).

Produção Industrial

(variações homólogas em %)

Outubro de 2019 a outubro de 2020



Fonte: INE

Projecões para a evolução do PIB em Portugal (%)

Fonte	2020	2021
OCDE dezembro	-8,4	1,7
Comissão Europeia novembro	-9,3	5,4
Min. das Finanças outubro	-8,5	5,4
FMI 13 de outubro	-10,0	6,5
Banco de Portugal 6 de outubro	-8,1	-

Fonte: INE

As últimas projeções macroeconómicas para 2020 apontam para uma redução do PIB em Portugal em 2020 entre 8,1% e 10%, divergindo significativamente quanto à dimensão da recuperação em 2021, que, em todo o caso, será insuficiente para que a economia regresse no próximo ano ao nível de produção observada em 2019.

A mais recente destas projeções, da OCDE, que incorpora já o impacto do recente ressurgimento da pandemia, aponta para uma contração da economia de 8,4% em 2020 (menos profunda do que na sua projeção de 9,4% divulgada em junho), mas a intensidade da recuperação em 2021 foi significativamente revista em baixa, de 6,3% para apenas 1,7%, bem abaixo dos 3,6% previstos para a área do euro.

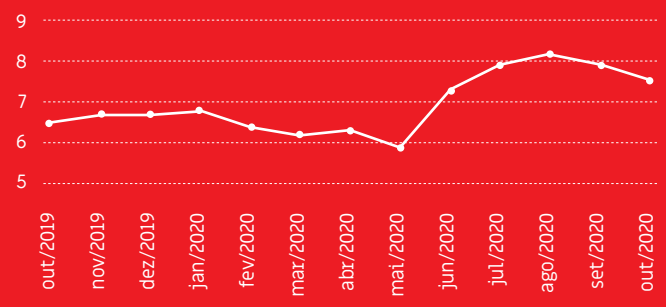
Emprego e desemprego

Os resultados das estimativas mensais do INE revelam, ainda que parcialmente, o impacto da crise na taxa de desemprego que, de acordo com os seus resultados provisórios, se terá situado, em agosto, em 8,1%, descendo, em setembro e outubro, para 7,9% e 7,5% (correspondendo este último número a uma estimativa provisória) (ver gráfico abaixo).

Taxa de desemprego

(%, com correção de sazonalidade)

Outubro de 2019 a outubro de 2020



Fonte: INE

As estatísticas indicam que, entre fevereiro e maio, se terão perdido 183,3 mil empregos, em termos líquidos. Entre junho e outubro terão sido recuperados perto de 110 mil empregos, também em termos líquidos. É expectável que, apesar destes sinais de recuperação, as repercussões da crise no mercado de trabalho ainda se venham a sentir de forma mais severa. De acordo com as mais recentes previsões da OCDE, a taxa de desemprego subirá até perto de 10%, no primeiro trimestre de 2021, antes de iniciar uma lenta descida. ■

CIP – Departamento de Assuntos Económicos
Análise elaborada com informação até 10/12/2020

Confederações empresariais apelam à rápida ratificação do acordo UE-Mercosul

A ratificação do acordo firmado em junho de 2019 entre a União Europeia e o Mercosul continua de difícil concretização. Confederações empresariais das duas regiões consideram que este atraso pode pôr em causa o potencial das oportunidades proporcionadas e apelam a uma "rápida" ratificação.

Após 20 anos de negociações, a União Europeia (UE) e o Mercosul concluíram, em junho de 2019, um acordo entre os dois blocos. Contudo, mais de um ano depois, e perante diversas resistências, o acordo ainda não foi assinado. Nesse quadro, confederações empresariais das duas regiões geográficas vieram apelar a uma "rápida" ratificação do acordo UE-Mercosul, alertando que o atraso na respetiva assinatura pode pôr em causa o aproveitamento de todo o potencial das oportunidades proporcionadas.

O apelo foi feito a 26 de novembro, através de uma declaração conjunta das confederações empresariais da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, países que compõem o Mercosul, e da BusinessEurope, que representa 40 confederações empresariais europeias, sendo a CIP - Confederação Empresarial de Portugal, o representante das empresas portuguesas.

Nessa declaração, as confederações dizem "reiterar o seu apoio total ao Acordo UE-Mercosul e o seu compromisso de trabalhar em conjunto com as autoridades públicas dos países da UE e do Mercosul para assegurar a sua rápida ratificação e implementação".

Nesse sentido, salientam que "o acordo proporciona excelentes oportunidades para as economias e sociedades de ambas as partes", acrescentando que "a sua importância é crucial não apenas por razões estratégicas e económicas, mas também do ponto de vista da sustentabilidade". Salientam ainda que as oportunidades de negócio criadas por este acordo "também serão importantes e urgentes para a recuperação dos choques criados pela pandemia COVID-19".

Uma oportunidade para Portugal

Aquele que é o maior acordo alguma vez negociado pela Comissão Europeia, prevê a eliminação de praticamente todas as tarifas que atualmente vigoram nas trocas comerciais entre a UE e o Mercosul, sendo esta a sua principal componente. Para a UE, as estimativas apontam para um valor de cerca de quatro mil milhões de euros em tarifas e custos alfandegários que deixarão gradualmente de ser pagos ao longo de um período de 10 ou 15 anos (neste caso para produtos sensíveis).

Mas as vantagens deste acordo vão mais longe, com as empresas do Velho Continente a poderem beneficiar de uma maior facilitação na prestação de serviços em condições concorrenciais equitativas face às empresas do Mercosul, mas também no que respeita ao acesso a concursos e contratos públicos.

Portugal é um dos países que mais poderá tirar partido dessa nova realidade. "O acordo UE - Mercosul constitui uma grande oportunidade para as empresas portuguesas intensificarem as suas relações económicas, tanto ao nível do comércio como do investimento", diz Patrícia

Gonçalves, diretora de Economia e Relações Internacionais da CIP, acrescentando que "o aumento do comércio para este mercado, com mais de 260 milhões de consumidores, constitui uma via importante para a diversificação das relações económicas de Portugal, sobretudo em termos das exportações, ainda significativamente concentradas na União Europeia (77% do total das exportações de bens em 2019)".

Neste sentido, a responsável da CIP salienta que "a oportunidade de este acordo ser aprovado e ratificado rapidamente é imperdível" e que a sua conclusão "representa o cumprimento de um objetivo estratégico para Portugal", lembrando nesse contexto a sua posição geoestratégica e proximidade cultural com a América Latina e relações históricas com o Brasil.

Um acordo que enfrenta resistências

A tomada de posição das confederações empresariais europeias e do Mercosul surge a pouco menos de um mês de Portugal assumir a presidência da UE. "Estou certo de que este acordo será uma prioridade para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que conta com o empenho das confederações empresariais para o tornar realidade", afirmou António Saraiva, presidente da CIP, no seguimento da divulgação da declaração conjunta. Esta declaração foi divulgada na véspera da reunião de Presidentes da BusinessEurope, organizada pela CIP.

4
mil milhões

Para a UE, as estimativas apontam para um valor de cerca de quatro mil milhões de euros em tarifas e custos alfandegários que deixarão gradualmente de ser pagos ao longo de 10 ou 15 anos com a aplicação deste acordo

Para entrar em vigor, o acordo UE - Mercosul depende da ratificação das partes envolvidas. Mas nos últimos meses têm surgido diversas vozes críticas em relação aos seus termos. Entre elas, o Parlamento Europeu que, no passado mês de outubro, aprovou uma emenda que adverte contra a ratificação do pacto "na sua forma atual".

Um ponto de crítica ao atual acordo é o receio de que não consiga assegurar a proteção ambiental nos países do Mercosul. Nos últimos meses, o aumento da desflorestação e das queimadas na floresta da Amazónia tem vindo a motivar críticas de líderes europeus, o que já levou alguns países europeus a posicionarem-se contra a ratificação do acordo de comércio com o Mercosul enquanto o Governo brasileiro falhar em proteger o meio ambiente. Na opinião da CIP, da BusinessEurope e de muitos outros países europeus, o acordo, sendo um dos mais avançados da UE em termos de Desenvolvimento Sustentável constitui, por isso mesmo, uma garantia adicional do cumprimento de acordos internacionais nesta matéria, designadamente do Acordo de Paris. ■

Principais pontos do acordo UE-Mercosul

- O acordo UE-Mercosul pretende eliminar a maioria dos direitos aduaneiros sobre as exportações da União Europeia para o Mercosul;
- Os países do Mercosul irão criar garantias jurídicas que protejam de imitações 355 produtos alimentares e bebidas europeias que são reconhecidos como indicações geográficas;
- Criar novas oportunidades de negócio no Mercosul para as empresas da UE que vendem ao abrigo da contratação pública e para os prestadores de serviços nos setores das telecomunicações e dos transportes, entre outros;
- A UE e o Mercosul comprometem-se a dar aplicação efetiva ao Acordo de Paris sobre o Clima;
- As normas de segurança dos alimentos da UE permanecerão inalteradas e todas as importações terão de cumprir as suas normas rigorosas, tal como acontece atualmente.

Política de concorrência no mercado interno – notas para o futuro

A propósito do relatório sobre política de concorrência elaborado pela Comissão Europeia relativo ao ano de 2019, gerou-se uma reflexão no CESE – Comité Económico e Social Europeu sobre que contributos poderia dar a "sociedade civil organizada", tendo em vista o futuro e o efeito inevitável da pandemia no funcionamento do mercado interno.

Por: Gonçalo Lobo Xavier, Membro do Comité Económico e Social Europeu indicado pela CIP
Relator do INT/912 -Report on competition policy 2019

Está claro para todos que uma "política de concorrência" adequada é essencial para se alcançar um mercado único que possa contribuir para o fomento dos valores europeus e para a concretização do projecto europeu.

Torna-se por isso imperativo clarificar toda a política de concorrência e as linhas orientadoras que permitam que o mercado interno seja percepcionado como algo que acrescenta valor ao processo de globalização mas, também, que a liderança da Europa em dossiers essenciais como a sustentabilidade e "fair trade", não só traz oportunidades mas também resultados que têm impacto noutras regiões do globo.

Mas, liderar pelo exemplo não basta quando assistimos à necessidade de combater as distorções do mercado que advêm dos excessos de subsídios de algumas economias e bem assim, a intervenção dos Estados na economia e no financiamento às empresas.

Por muito que se defenda a "autorregulação", este é um campo onde é preciso delimitar as "linhas vermelhas" e definir instrumentos que possam prevenir os efeitos perversos de diferentes intervenções dos Estados, seja para "salvar" empresas de referência, seja para, conscientemente, ajudar a distorcer os mercados, ora pagando subsídios, ora suportando custos, ou ainda, fazendo "vista grossa" ao não cumprimentos dos valores sociais e da protecção dos direitos dos trabalhadores.

O CESE partilha as preocupações da Comissão Europeia e tem defendido que é necessário usar os instrumentos certos para melhor identificar estes efeitos, primeiro, usando de forma eficiente a European Competition Network e depois, sendo selectivos na escolha dos vários sistemas de "ajudas de Estado".

Mas nem só de "ajudas de Estado" se ocupou a Comissão Europeia no ano de 2019.

Por isso mesmo o CESE defende o desenvolvimento e o fortalecimento de serviços de interesse geral, dentro da União, como meio eficaz de salvaguardar o "modo de vida europeu".

> "Os apoios do Estado são permitidos. O que não se podem permitir é abusos e distorções à concorrência com base nesses apoios. Esse é que é o grande desafio: separar o abuso do que é legal e justo"

Para que os serviços de interesse geral sejam prestados de forma adequada, é necessário aceitar que a infraestrutura digital, por exemplo, seja um factor essencial para a digitalização. Portanto, uma infraestrutura de banda larga adequada deve ser implementada.

O CESE preconiza a adoção de um sistema de auxílios estatais que estimule o investimento na introdução de todas estas novas tecnologias, enquanto aborda os desequilíbrios territoriais a nível nacional.

Considera-se assim que a política de concorrência da UE deve adoptar uma abordagem mais voltada para o futuro, a fim de se poder ajustar ao desafio digital e à concorrência que enfrenta globalmente.

A política de concorrência da UE deve ser concebida e implementada num quadro mais abrangente, tendo em conta as suas ligações estreitas com outras áreas políticas essenciais e a necessidade de uma abordagem coerente. As regras de concorrência da UE devem ser acompanhadas do direito fiscal (com tributação justa, incluindo no setor digital), do consumidor, da proteção social e do direito do trabalho. A harmonização no campo da concorrência desleal é necessária para alcançar resultados tangíveis.

Para lutar eficazmente contra as práticas de concorrência desleal, o CESE sugere que se aborde a questão do domínio do mercado através de um novo método: não só avaliando o comportamento dominante ou o abuso, mas também monitorizando toda a presença económica de um empregador em diferentes setores, não apenas setor por setor.

A UE deve também concentrar-se em outras práticas anti concorrenciais, como expansões predatórias e monopolização; conluios tácitos; e efeitos de lock-in (impedindo que os trabalhadores atuem simultaneamente em várias plataformas) que podem prejudicar o equilíbrio do mercado.

> "Para lutar eficazmente contra as práticas de concorrência desleal, o CESE sugere que se aborde a questão do domínio do mercado através de um novo método"

As PME são o pilar da economia europeia, pelo que devem ser mais tidas em consideração na concepção e implementação da política de concorrência. Os apoios estatais são uma ferramenta útil, mas nem todas as PME estão cientes da sua existência. O CESE recomenda melhorar a comunicação com as PME, a fim de apoiar melhor as suas atividades.

A verdade é que os apoios do Estado são permitidos. O que não se podem permitir é abusos e distorções à concorrência com base nesses apoios. Esse é que é o grande desafio: separar o abuso do que é legal e justo.

O CESE concorda que a CE deve tomar medidas para fomentar a concorrência leal em mercados importantes para os cidadãos e as empresas da UE, como os setores digital e das telecomunicações, energia e ambiente, indústria transformadora, serviços financeiros, fiscalidade, agricultura, alimentação e transportes. Essas medidas devem proporcionar confiança aos consumidores e definir claramente as condições adequadas para a operação das empresas. O ritmo das mudanças económicas e sociais é muito rápido. O ajuste contínuo para uma economia moderna, sustentável, verde e digital é urgente e necessário e a política de concorrência é a chave para essa conquista.

Por último, referir que se devem apoiar as medidas coordenadas da CE para a indústria transformadora, mas todos gostaríamos que a UE fosse mais longe e propusesse uma solução permanente para reforçar a igualdade de condições em estreita cooperação com os Estados-Membros. As medidas temporárias relativas ao fornecimento de produtos específicos em mercados não comunitários devem tornar-se permanentes, especialmente no que diz respeito à importação de equipamento médico vital e outros produtos essenciais. Esta pandemia revelou todas as fraquezas de uma política hesitante. Um setor industrial forte e resiliente continua a ser um dos pilares da política de concorrência. Estes são também os contributos da sociedade civil organizada para o debate que está longe de estar concluído. ■

Deveres do conselho de administração (incluindo dever de diligência) na União Europeia

O presente e o futuro

Os conselhos de administração têm o dever de agir no interesse da empresa como um todo. Embora cada empresa sirva o seu próprio objeto social, há uma intensa discussão na União Europeia (UE) sobre se este "interesse da empresa" deveria igualmente incluir, por lei, os interesses de *stakeholders* e interesses sociais mais amplos.

O comportamento das empresas nas suas cadeias de valor tem sido alvo de um intenso escrutínio por parte das autoridades, ONGs e opinião pública em geral, sobretudo, depois do acidente no Rana Plaza em 2013. França ou Holanda alteraram o seu direito societário de forma a expandir os deveres e responsabilidades dos membros dos Conselhos de Administração ou para introduzir um dever de diligência em cadeias de valor. A 30 de novembro, a maioria de cidadãos suíços votaram a favor de consagrar na Constituição Suíça um dever de diligência das empresas suíças. Este dever implicaria uma extensão considerável da responsabilidade civil em relação a quaisquer operações e relações em países terceiros mas a medida acabou por ser rejeitada pois não reuniu o número necessário de cantões (regiões).

Está, atualmente, a decorrer uma consulta pública da Comissão sobre as potenciais medidas legislativas em direito das sociedades e governo corporativo já anunciadas no programa de trabalho da Comissão de 2021 para o segundo trimestre. No verão passado, a Comissão publicou um estudo sobre os deveres de diretores de empresas o qual descreve um quadro negativo do mundo corporativo europeu predominantemente focado no curto prazo e (apenas) nos interesses de acionistas. O Parlamento Europeu está igualmente a trabalhar em resoluções legislativas ambiciosas em torno destas regras para inspirar a Comissão que é quem terá o direito de iniciativa.

O futuro pacote de propostas envolverá uma (1) extensão dos deveres e responsabilidades de diretores de empresas e (2) introdução de um dever de vigilância amplo em torno de meio ambiente e direitos humanos aplicável a todas a sociedades comerciais, pequenas e grandes. Estas propostas levantam sérias questões e preocupações por parte das empresas e das associações de empresas: Que custos? Que efeitos na competitividade das empresas (sabendo do risco das empresas de países terceiros não atuarem da mesma forma)? Como evitar que se acentue a tendência negativa de saída do mercados de capitais? Que impacto no apetite pelo risco, tão essencial para a inovação, crescimento e competitividade das empresas? É essencial que a ação europeia tenha em consideração os limites do que as empresas podem fazer para resolver problemas como as violações de direitos em países terceiros ou alterações climáticas (tradicionalmente responsabilidades de Estados).

Uma avaliação de impacto robusta será muito importante, sobretudo, tendo em conta as muitas críticas apresentadas aos estudos da Comissão. Estes assuntos são uma prioridade para a BusinessEurope, que se encontra a preparar uma resposta da indústria europeia à consulta pública.

Pedro Oliveira
Diretor do Departamento Jurídico da BUSINESSEUROPE

"É essencial que a ação europeia tenha em consideração os limites do que as empresas podem fazer para resolver problemas como as violações de direitos em países terceiros ou alterações climáticas (tradicionalmente responsabilidades de Estados)"

A importância da construção para a recuperação da economia nacional

Manuel Reis Campos,
Presidente da Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

"É inequívoca a importância do Setor para a recuperação da economia, tal como é indiscutível que as empresas portuguesas devem poder competir, em condições de igualdade face à concorrência externa"

Perante uma crise global, a generalidade dos Governos procurou apresentar diferentes estratégias para recuperar as economias e o investimento público e a Construção e Imobiliário emergem enquanto elementos centrais na maioria destas estratégias. Foi o que aconteceu na Europa, com a Comissão Europeia a assumir a aposta no Setor como um dos principais elementos no seu plano de recuperação e resiliência.

Esta relevância decorre, desde logo, do elevado efeito multiplicador do investimento público e pela sua capacidade de relançar a atividade. Porém, esta era uma aposta que já era prioritária antes da crise. A título de exemplo, refiro a recente apresentação das bases para a "Estratégia Europeia para uma Vaga de Renovação", em que a Comissão identificou as obras de reabilitação dos edifícios, como "o maior criador de emprego por euro investido" e estabeleceu metas ambiciosas, como a duplicação das taxas atuais de reabilitação energética, a melhoria do desempenho de 35 milhões de edifícios ou a criação 160 mil empregos "verdes" adicionais no Setor. Esta estratégia é considerada essencial tanto em matéria de ação climática, como de recuperação económica e assenta a sua atuação na descarbonização do aquecimento e arrefecimento dos edifícios, no combate à pobreza energética com intervenção nos edifícios com pior desempenho e na renovação dos edifícios públicos, como escolas, hospitais e edifícios administrativos.

Portugal não pode ficar à margem da restante Europa e o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência apresentado em Bruxelas pelo Governo, traduz o reconhecimento dessa realidade. O Setor tem uma participação transversal em todo o PRR, mas importa destacar duas dimensões, onde vai ser particularmente relevante.

Desde logo, refiro-me à construção de infraestruturas e à concretização dos investimentos estruturantes que estão previstos ao nível da "Competitividade e Coesão Territorial", com 773 milhões de euros para infraestruturas, da "Mobilidade Sustentável", que inclui 1.032 milhões, essencialmente para a expansão das redes de metro e a "Eficiência Energética em Edifícios", com uma alocação de 620 milhões de euros.

Mas, importa ainda destacar o domínio "Vulnerabilidades Sociais", estando previstos 3.101 milhões de euros em investimentos essenciais, como o SNS. Porém, o vetor com maior dimensão é a habitação, o qual representa 1.437 milhões de euros, incluindo-se, em particular, um programa de reestruturação do parque de habitação social, num total de 1.251 milhões e que atuará na resolução das carências mais graves de habitação há muito identificadas e que apontam para a necessidade de 26 mil casas.

É inequívoca a importância do Setor para a recuperação da economia, tal como é indiscutível que as empresas portuguesas devem poder competir, em condições de igualdade face à concorrência externa. Só assim será possível, alavancando a Construção e o Imobiliário, capitalizar o enorme potencial de todas as restantes atividades económicas e, consequentemente, do País. ■

EVENTO DSPA INSIGHTS 2020

Cadeias de distribuição mais eficientes com analítica avançada

Um dos temas abordados na 3ª edição da DSPA Insights, que ocorreu no passado mês de dezembro em formato digital, foram as soluções de forecasting (previsão) e demanding planning as quais, aplicadas ao tempo de crise que estamos neste momento a experimentar, podem ajudar e muito.

A questão que se coloca é: como fazer forecast agora, com todos os novos dados que entraram em março, ou seja, no período em que fomos "assaltados" pelo Covid-19?

Ora, a resposta a esta questão está nas três recomendações referidas no evento. Uma primeira que diz respeito à introdução de mais dados, oriundos de fontes internas e externas. Uma segunda recomendação, esta mais técnica, que no fundo visa que se entenda o que é que aconteceu na procura, isto é, qual o efeito que a pandemia teve na procura e tentar, de forma estatística, perceber o impacto que houve (a nível estatístico e não só a nível do negócio em si). E, por fim, uma terceira recomendação que incita a ollharmos para o que aconteceu a nível global e perceber como isso se poderá aplicar à nossa realidade. Ou seja, perceber o que aconteceu nos outros países e tentar transpor isso para o nosso mercado. É certo que cada país tem a sua realidade... mas a curva da procura de um determinado país e algumas das suas métricas podem servir de base, ajudando-nos assim a antever o que o futuro nos reserva.

Centremo-nos na supply chain e na sua gestão. Trata-se de um processo complexo que exige rigor e muito organização. E aquilo que se falou não é mais do que fazer planeamento e otimização de toda a supply chain. Como? Através de soluções, por exemplo, que nos ajudam a escolher onde se devem colocar as matérias-primas, que nos ajudam a produzir a quantidade certa, a ter as pessoas necessárias, a reduzir custos de transportes, a gerir stocks, no fundo ajudam os retalhistas a perceber como vai ser a procura, para os ajudar a preparar de forma acertada a sua oferta. Na verdade, usando técnicas de forecast conseguimos comprar melhor e nas quantidades certas, evitar excessos de produto, reduzir desperdício... ou seja conseguimos tomar decisões mais acertadas e eficazes... e, no final, chegar e manter os clientes que nos interessam. Segundo Guilherme Ramos Pereira, Diretor Executivo da Data Science Portuguese Association (DSPA) "Esta conferência internacional, que reuniu várias pessoas e organizações à volta do presente e do futuro do mundo do data science, demonstrou uma vez mais o poder transformador que a analítica pode ter dentro das organizações."

Este foi um encontro, que se prolongou por cinco dias, e que presenteou os participantes com palestras, use cases, mesas redondas e painéis sobre a ciência dos dados e as vantagens competitivas que as organizações podem dela retirar. Tal como não poderia deixar de ser, e tendo em conta o período pelo qual estamos todos a passar, falou-se da pandemia e das drásticas consequências que ela trouxe à sociedade, ao mercado, aos negócios e ao nosso quotidiano.

Inteligência Artificial, Big Data, Cloud, 5G, Segurança Digital, Smart Cities... foram estes outros dos grandes temas desenvolvidos pelos oradores presentes que, oriundos de setores diversos (como a saúde, telecomunicações, seguros, tecnologia, analítica, etc.) acabaram por se debruçar sobre os desafios, inovações, evolução e impactos que a ciência dos dados e o trabalho analítico têm na sua atividade.

"De facto, foram vários os exemplos em que pudemos constatar os ganhos – desde melhorias de processos internos, redução de custos, novos clientes, mais eficiência etc. – que qualquer negócio pode obter através de ferramentas analíticas, superando assim os desafios diários, sem ter de tirar o enfoque no crescimento do seu próprio negócio." conclui Guilherme Ramos Pereira. ■

CONSIGO VAMOS MAIS LONGE

Fale connosco:

231 209 670

infosew@sew-eurodrive.pt

Visite-nos em:

WWW.SEW-EURODRIVE.PT

REDUNIQ.PT

Todo o seu negócio num terminal de pagamentos.

Aceita?

REDUNIQ®

Enhanced
Payment Experience